



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

Corpos (In)desejáveis: O Fenômeno da Transfobia a partir da Perspectiva de
Pessoas Trans e Psicólogos/as

Jordana Viana Carvalho Fonseca

Brasília - DF

Junho/2018



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

**Corpos (In)desejáveis: O Fenômeno da Transfobia a partir da Perspectiva de
Pessoas Trans e Psicólogos/as**

Jordana Viana Carvalho Fonseca

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB como requisito parcial à conclusão de Curso de Psicologia.

Professora Orientadora: Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Brasília - DF

Junho/2018



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

Folha de avaliação

Autora: Jordana Viana Carvalho Fonseca

Título: **Corpos (In)desejáveis: O Fenômeno da Transfobia a partir da Perspectiva de Pessoas Trans e Psicólogos/as**

Banca Examinadora:

Professora orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Flávia do Amaral Madureira

Prof. Me. Leonardo Cavalcante de Araújo Mello

Prof. Me. Lucas Alves do Amaral

Brasília - DF

Junho/2018

Agradecimentos

Agradeço a Deus, por ter me acompanhado e me abençoado nessa incrível jornada e pelas pessoas maravilhosas que colocou no meu caminho.

Agradeço à minha família, especialmente ao meu pai, à minha mãe, ao meu irmão, aos meus tios Genildo e Bruna, e aos meus afilhados que tanto amo, Ana Caroline e Gustavo, que me acompanharam de perto durante essa etapa da minha vida acadêmica e que contribuíram, cada um da sua forma, com uma rede de apoio essencial.

Agradeço à professora Ana Flávia do Amaral Madureira, uma profissional exemplar que tive o privilégio de estar próxima desde o primeiro semestre. Foram cinco anos de muita parceria e projetos. Agradeço pelas oportunidades, pelos incentivos, pela paciência, pela dedicação, pela preocupação e por todo apoio. Com certeza, uma das pessoas essenciais na minha vida pessoal e profissional.

Agradeço ao grupo de estudos “Identidades Sociais, Diversidade e Preconceito”, coordenado pela Profa. Ana Flávia, pelo espaço de discussão e de acolhimento ao qual pude participar por dois anos, integrado por pessoas maravilhosas e onde se originou o grupo de pesquisa, o qual tem me propiciado parcerias acadêmicas e projetos que considero, não somente acadêmicos, mas também projetos de vida.

Agradeço à Simone, por todo amor, carinho, apoio, paciência e dedicação. Obrigada por ser essa pessoa incrível e admirável que você é.

Agradeço à Katia Malena, por ser essa pessoa maravilhosa que me abriu as portas, me incentivou, me incentiva todos os dias e me tira as maiores risadas.

Agradeço às/aos participantes dessa pesquisa, pela disposição, pelas partilhas, pelas discussões e por terem enriquecido tanto esse estudo.

Agradeço a todas as pessoas trans que tive o prazer de conhecer, pessoalmente ou por meio das leituras, pela lição de vida frente à coragem de ser.

Colorir

*Faltará tinta
No dia que o céu for livre
Pra todos serem o que são
Cobertos pelo sol, sem nenhum tipo de opressão
Faltará nomes
Pra descrever o mundo sem as misérias
O que sentimos, o que nos tornamos
O novo ser sem medo de viver
Faltará a falta que nos entristece
Que hoje enche o peito de vazio e fumaça
Não faltará amor, não faltará sonhos
O novo mundo se abrirá para o futuro
Onde o presente dominará o passado
E nossos corações enfim serão salvos*

Por Virgínia Guitzel, travesti e militante do grupo de mulheres Pão e Rosas.

Sumário

Resumo	vii
Introdução	1
1. A Construção dos Corpos e das Identidades de Gênero	8
2. Brasil, Um País De Todos?	15
3. Desumanização e Violência: O Império da Lei Binária de Gênero	20
4. Psicologia, Direitos Humanos e Redes de Apoio à População Trans	29
5. Metodologia	37
5.1 Participantes	38
5.2 Materiais e instrumentos	39
5.3 Procedimentos de construção das informações	40
5.4 Procedimentos de análise	41
6. Resultados e Discussão	43
6.1 Visibilidade e representatividade: as vozes “trans”	43
6.2 Atuação em Psicologia: pela despatologização das identidades trans	53
6.3 Mecanismos sociais e psicológicos que sustentam a transfobia.....	62
Considerações Finais	77
Referências	81
Anexos	86
Anexo A	87
Anexo B	89
Anexo C	91
Anexo D	95
Anexo E	96

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender as bases psicológicas e sociais que sustentam a transfobia. Em termos teóricos, o estudo ancorou-se nas bases da Psicologia Cultural, bem como nos estudos interdisciplinares de gênero. Em termos metodológicos, a pesquisa utilizou a metodologia qualitativa inspirada na Epistemologia Qualitativa de González Rey. Nesse sentido, foram realizados um grupo focal com pessoas transexuais e travestis e três entrevistas individuais abertas com psicólogos/as que atuam no contexto da população trans. Após as transcrições dos áudios gravados na pesquisa de campo, foi utilizada, para análise e interpretação das informações construídas, a análise de conteúdo temática. Para tanto, foram construídas três categorias analítico-temáticas. Como resultados, foi possível compreender que o fenômeno da transfobia é sustentado por bases históricas, culturais, sociais e psicológicas, relacionadas à violência estruturante da sociedade brasileira, ao modelo de masculinidade hegemônica, às normas binárias de gênero e aos mecanismos de defesa relacionados aos pertencimentos identitários dos indivíduos. Como desdobramento dessas bases rígidas e inflexíveis, a violência aparece como forma de afastar, negar e/ou eliminar as identidades consideradas “transgressoras” a partir de uma dificuldade de reconhecer aquilo que, de alguma forma, representa uma ameaça que pode gerar sentimentos de ódio, medo e/ou desejo.

Palavras-chave: Transfobia; Violência; Travestis; Transexuais; Psicologia

Introdução

Marroni levou 18 facadas. Samilly foi baleada, assim como Gaby. Hérica morreu de tanto apanhar e ser jogada do alto de um viaduto. Depois de agredida com murros, pedradas e pauladas, Dandara levou dois tiros. Essas são algumas das 54 transexuais brasileiras assassinadas até maio de 2017. Mais do que estatísticas, são seres humanos, com vidas, sonhos, irmãos, mães, pais e até filhos (Senado Notícias, 20 de junho de 2017).

Assim tem início uma reportagem do jornal do Senado Federal¹ (Senado Notícias), de 20 de junho de 2017, a qual discute sobre a cidadania de pessoas trans e retrata o sofrimento delas e de seus familiares frente aos crimes de ódio supracitados. Dados alarmantes como esses não representam casos isolados, mas sim o retrato da sociedade brasileira, eminentemente violenta e transfóbica.

Segundo um levantamento realizado em novembro de 2016 pela ONG *Transgender Europe (TGEu)*, o Brasil aparece no ranking mundial como o país que mais mata pessoas trans:

De acordo com a ONG, de janeiro de 2008 a abril de 2013, foram 486 mortes, quatro vezes a mais que no México, segundo país com mais casos registrados. Em 2013, foram 121 casos de travestis e transexuais assassinados em todo o Brasil. Esses dados estão subestimados. Todos os dias, chegam notícias de jovens transexuais e travestis que são barbaramente torturadas e assassinadas (Bento, 2017, p. 232).

¹Reportagem disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>

Além desse cenário violento e desumano ao qual pessoas trans são expostas constantemente, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ² também mostram uma realidade preocupante. Enquanto a expectativa de vida da média da população brasileira é de 74,9 anos, a expectativa de vida máxima de pessoas trans é de 35 anos, ou seja, menos da metade da expectativa de vida da população geral.

Outra realidade cruel vivenciada por esse grupo social é a trajetória escolar reduzida. Como discutido por Franco e Cicillini (2015), os quais analisam a trajetória de vida de professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização, a maioria das escolas ainda exerce práticas discriminatórias, contribuindo, assim, para a evasão dessas pessoas. Quando a permanência das pessoas trans no espaço escolar se mantém, é perpassada pela hostilidade e pela violência, através da imposição de padrões heteronormativos e a constante representação dessas pessoas como seres “estranhos” e “anormais”.

Nessa direção, em consonância com o relatado na pesquisa empírica realizada por Junqueira (2010), o preconceito e a violência nas escolas decorrentes das diferentes formas de discriminação direcionadas às pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis), se agravam ainda mais em relação às pessoas do segmento T. Seus corpos, maneiras de ser, de se expressar e de agir não passam despercebidas e “ficam sujeitas às piores formas de desprezo, abuso e violência. Seus direitos são sistematicamente negados e violados sob a indiferença geral” (Junqueira, 2010, p. 222). Os relatos de pessoas trans acerca das experiências vividas nas escolas retratam os diversos obstáculos enfrentados por elas na tentativa de preservação da própria integridade física, como a efetivação da matrícula, a participação nas atividades

² Informação disponível através do link: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>

pedagógicas, o reconhecimento e o respeito às suas identidades de gênero, que perpassam o uso do nome social e do banheiro.

Nesse sentido, reconhece-se que as trajetórias de pessoas travestis e transexuais, muito marcadas pela transfobia, acabam por reduzir suas trajetórias escolares e, assim, limitar seus espaços na sociedade. Dessa maneira, conforme dados mundiais do projeto europeu de monitoramento do assassinato de pessoas transgênero (*Transgender Europe's Trans Murder Monitoring*), a prostituição acaba sendo uma realidade vivenciada por grande parte dessa população em decorrência da exclusão histórica dos contextos educacionais e de trabalho (Jesus, 2012). Além disso:

No que se refere ao seu cotidiano, as pessoas transgênero são alvos de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais (diferentes organizações não lhes permitem utilizar seus nomes sociais e elas não conseguem adequar seus registros civis na Justiça), exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedido a educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros) e de violências variadas, de ameaças a agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis denominada —transfobia (Jesus, 2012).

Na direção do ressaltado por Peres (2009), a partir de trabalhos etnográficos realizados, é frequente ouvir histórias de travestis que reclamam de terem que precisar se prostituir por não terem conseguido estudar e pela dificuldade de conseguir empregos ou outras oportunidades de renda, sobrando a rua como possibilidade de sustento, somado à exclusão no contexto familiar. Ainda, ressalta-se que, “embora que algumas travestis afirmem gostar de se prostituir, a maioria delas não se sente à vontade em

ocupar esse lugar no mundo” (Peres, 2009, p. 246), desmistificando, assim, a representação de que travestis e transexuais são sinônimos de prostituição.

Por outro lado, existem dados recentes no Brasil em relação às pessoas trans que se apresentam de forma contraditória às práticas de cunho transfóbico presentes na sociedade brasileira. Isso porque, conforme relatado na reportagem publicada em fevereiro de 2016 no *Catraca Livre*³, o site pornô *RedTube* realizou um levantamento referente aos conteúdos pornográficos pesquisados e apontou o Brasil como o país que mais procura por pornografia de conteúdo trans.

Tendo isso em vista, a presente pesquisa procura investigar, a partir da compreensão das bases da transfobia, o seguinte paradoxo: porque o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo e, por outro lado, é o que mais consome pornografia com este conteúdo?

Para tanto, foram escolhidos/as para participar da pesquisa pessoas travestis e transexuais, além de psicólogas/as que atuam ou já atuaram profissionalmente no contexto da população trans, a fim de investigar os mecanismos sociais e psicológicos que sustentam a transfobia. Assim, a partir da pesquisa empírica junto às/aos participantes, procura-se contribuir para a visibilidade de estudos direcionados a essa população, tendo em vista não só a invisibilidade social e política, mas também a invisibilidade presente no contexto acadêmico em virtude da escassez de pesquisas nessa área.

Conforme um levantamento quantitativo realizado por Jesus e Galinkin (2015), a partir de uma revisão bibliográfica de artigos publicados em revistas nacionais entre 1988 e 2012, período de 24 anos, cujos autores/as são psicólogos/as sociais, sinalizou-se a falta ou a invisibilidade desses/as profissionais nos estudos de gênero. Foram

³ Reportagem disponível em: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/brasil-e-o-pais-que-mais-procura-por-pornografia-trans-no-redtube/>

realizadas buscas utilizando como termos principais “Psicologia Social” e “Gênero”, e, como termos secundários, “Mulher”, “Homem”, “Homossexualidade” e “Transexualidade”; oriundos de diversas fontes virtuais como, por exemplo, o Scielo, a Google e os periódicos da CAPES. Como resultados, foram encontrados 161.363 artigos, sendo apenas 43 de autoria de psicólogos/as sociais acerca dos estudos de gênero, ou seja, menos de 0,01% das produções encontradas sobre esse tema.

Mais especificamente no contexto da ciência psicológica, considera-se de suma importância, como ressaltado por Rossato (2011), pautar a intervenção e atuação psicológica como ações políticas que têm efeitos na sociedade como um todo. Nesse sentido, é fundamental que a Psicologia tenha uma visão contextualizada e conectada com a realidade social, a fim de atuar não só politicamente em prol do indivíduo, como também eticamente, não sendo conivente com qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, conforme estabelecido no artigo 2º do Código de Ética do Psicólogo.

Dessa maneira, parte-se do princípio de que uma das formas de combate à violência e à discriminação, pensando mais especificamente na transfobia, ancora-se na necessidade de programas e políticas públicas que garantam, efetivamente, o acesso da população trans a direitos fundamentais do ser humano, além do investimento em uma educação de cunho não somente informativo, mas principalmente crítico, reflexivo e preventivo. Ademais, esse estudo procura contribuir para formulação de estratégias de enfrentamento das diversas formas de violência cometidas contra pessoas trans e para a garantia de direitos dessa população os quais são, constantemente, violados.

Assim, a pesquisa irá explorar contribuições teóricas e práticas de áreas da Psicologia Cultural, bem como os estudos ancorados na perspectiva de gênero enquanto campo de estudo interdisciplinar, na análise do fenômeno da violência. A partir das

contribuições dos/as participantes, pretende-se compreender de maneira mais aprofundada a realidade vivenciada por travestis e transexuais, a fim de alcançar os objetivos expostos a seguir.

Portanto, o presente estudo tem como objetivo geral compreender os mecanismos sociais e psicológicos que sustentam a transfobia. E, como objetivos específicos:

- a) investigar as percepções e as vivências de pessoas trans em relação ao fenômeno da transfobia;
- b) investigar as percepções, as experiências profissionais e as possíveis contribuições de psicólogos/as em relação ao fenômeno da transfobia; e
- c) contribuir, a partir da investigação teórica e da pesquisa empírica, para estratégias de intervenção no que se refere ao enfrentamento da violência contra pessoas trans.

A seguir, apresenta-se como o presente trabalho está fundamentado. A primeira parte, a fundamentação teórica, está dividida em quatro seções: 1) o caráter performático do gênero, no qual se discute alguns pressupostos da perspectiva de gênero, como a norma binária e o controle sobre os corpos; 2) Brasil, um país de todos?, o qual aborda a violência enquanto elemento estruturante da sociedade brasileira; 3) Desumanização e violência: o império da lei binária de gênero, seção em que são abordados os desdobramentos das fronteiras rígidas dos gêneros; e 4) Psicologia, Políticas públicas e redes de apoio à população trans, onde, como o próprio título já indica, discute as ações de apoio às pessoas travestis e transexuais.

Em seguida, é descrita a metodologia, detalhando como a pesquisa foi realizada em termos metodológicos. Posteriormente, na seção de resultados e discussão, apresenta-se as informações construídas na pesquisa de campo de forma articulada às

discussões teóricas da pesquisa. Por fim, nas considerações finais, estão dispostas algumas reflexões finais a respeito da temática abordada a partir da pesquisa realizada. Logo após, estão os elementos pós-textuais: referências bibliográficas e anexos.

1. A Construção dos Corpos e das Identidades de Gênero

Inicialmente, é necessário explicitar alguns pressupostos teóricos da Psicologia Cultural, base em que a presente pesquisa está fundamentada. Um dos pressupostos centrais dessa vertente é a consideração da gênese social do psiquismo humano. Nesse sentido, Bruner (1997) destaca três pontos para considerar a cultura como ponto central para a psicologia. Um deles é o argumento constitutivo, no qual defende que a participação e a atuação do indivíduo na cultura é o que torna possível construir uma psicologia focada no indivíduo, visto que os seres humanos são formados e se constituem a partir da cultura.

O segundo argumento pauta-se na imersão psicológica na cultura de forma que os processos humanos de significação são atribuídos a ela, tornando-se públicos e compartilhados na medida em que são interpretados e negociados. O terceiro ponto é o que o autor chama de “psicologia popular”, ou seja, os conhecimentos compartilhados socialmente como as crenças, valores e desejos que explicam, de alguma forma, o ser humano (Bruner, 1997).

Nesse sentido, cabe ressaltar o caráter dinâmico e heterogêneo que se atribui à cultura. É importante destacar o papel ativo do sujeito em relação à cultura de forma a não assumir um viés determinista do meio cultural em relação ao indivíduo. Ainda que a cultura seja constitutiva dos sujeitos, destaca-se que estes possuem um papel ativo em relação ao contexto que estão inseridos. Dessa maneira, o conceito “canalização cultural” é coerente com o processo ativo e bidirecional existente entre a cultura e o indivíduo. Ou seja, as pessoas atribuem diferentes sentidos aos significados culturais compartilhados, são transformadas por eles ao mesmo tempo em que o transformam (Valsiner, 2012).

Tendo explicitado os pressupostos teóricos centrais da Psicologia Cultural, sob os quais essa pesquisa se fundamenta, faz-se necessário, para fins de reconhecimento da população de interesse deste estudo, uma delimitação em relação às identidades trans. Sendo assim, não com o intuito de limitar ou fixar identidades, mas sim no intuito de remeter-se ao problema de pesquisa investigado, considera-se “trans” como uma abreviação do termo “transgênero”.

Ainda que não haja um consenso acerca das conceituações desse termo, assim como dessas identidades, entende-se o termo transgênero como uma categoria de representação das pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado de acordo com o seu sexo biológico. Já as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi designado são denominadas “cisgêneros” (Jesus, 2012). Neste estudo, o termo transgênero será utilizado para referir-se às identidades transexuais e travestis, sobre as quais ainda não há um consenso em termos conceituais pela proximidade dessas duas expressões identitárias.

Tradicionalmente, Bento (2008) destaca que uma das diferenças apontadas entre a transexualidade e a travestilidade concentrava-se na realização da cirurgia de redesignação de sexo, sendo esta atribuída à experiência transexual. Porém, nos últimos anos, essa questão passou a ser questionada pelas próprias pessoas trans ao relativizarem que nem todas pessoas transexuais desejam realizar a mudança de sexo, visto que a aversão pelo órgão genital não é algo generalizado, ainda que para muitos/as “a cirurgia represente a possibilidade de reconhecer-se no corpo” (Bento, 2008, p. 74).

Nesse sentido, uma possível hipótese elucidada por Bento (2008) é que uma diferença entre a travestilidade e a transexualidade possa estar nos diferentes mecanismos institucionais que são acionados por essas duas identidades. Enquanto os/as transexuais reivindicam uma posição de gênero definida a partir da norma binária e,

para tanto, se utiliza de vários aparatos médicos e jurídicos; os/as travestis, ainda que se submetam ao saber médico para realizações de cirurgias plásticas, por exemplo, não reivindicam um reconhecimento social e jurídico para serem reconhecidos por uma identidade de gênero específica, transitando assim entre as fronteiras do feminino e do masculino. Conforme destacado por Saleiro (2012, citada por Santos, 2014, p. 83), “a transexualidade expressa um processo de migração de gênero e não uma oscilação ou transgressão, como em outras expressões trans”, tal qual as travestilidades.

Na direção de distinguir, de certa forma, as identidades trans em foco, é importante ressaltar dois pontos quanto a esse exercício de diferenciação e de identificação (não se trata de defender uma posição ou outra, mas de reconhecer as vantagens e desafios existentes ao se debruçar sobre as perspectivas dos gêneros). Por um lado, Louro (1999) argumenta que, ao classificar os sujeitos, acabamos por limitar, rotular e fixar as identidades que, em última instância, são sempre fluidas, instáveis e inacabadas. Ainda, essa classificação, na medida em que distingue o “eu” do “outro diferente de mim”, também abre margens para a discriminação, seja de forma sutil ou explícita.

Por outro lado, Santos (2014) esclarece que o exercício de categorizar e nomear é necessário no campo científico, de forma que possa conferir existência ao sujeito e que, a partir disso, ele possa ser problematizado e compreendido a partir de suas necessidades enquanto ser de direitos. Além disso, a nomeação e o estabelecimento de fronteiras, conforme elas são reiteradas, põem-se em dúvida as normas de gênero vigentes, na medida em que percebe que não se consegue capturar e garantir inteligibilidade às múltiplas formas de existir e de viver o gênero e a sexualidade.

Dessa maneira, conforme destacado por Sawaia (2014), a identidade apresenta duas concepções antagônicas as quais são responsáveis pelo seu caráter paradoxal. Uma

delas é a representação de identidade enquanto transformação e multiplicidade. A outra, é a ideia de permanência e unidade. Nesse processo de diferenciação se estabelecem, também, categorizações quanto às noções de “normal” e de “patologia”. Entretanto, o autor defende que estas concepções não são opostas e que, ainda, uma não anula nem se sobrepõe à outra. Pelo contrário, é a tensão entre esses dois pólos que “permite conceber identidade como ‘identidades em curso’, isto é, identidade que, no mesmo tempo que se transforma, afirma um “modo de ser” (Sawaia, 2014, p.123). A partir dessa conceituação de identidade, cabe mencionar que:

A transexualidade e outras experiências de trânsito entre os gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis, e ao fazê-lo se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero; ao mesmo tempo, revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas (Bento, 2008, pp. 38-39).

Nesse sentido, as identidades trans colocam em xeque, radicalmente, o discurso pautado nos ideais mais arcaicos do essencialismo biológico (Bento 2008, 2017; Butler, 2015; Louro, 1999; 2004). Tal argumento não está restrito apenas ao senso comum, mas também é utilizado como uma das bases do pensamento científico biológico. Assim, esses pensamentos se retroalimentam de modo que, por um lado, o senso comum afirma, pelo aparato científico ancorado no essencialismo biológico, de que homens e mulheres nascem como tais e que seus comportamentos são presumidos a partir das diferenças anatômicas. Por outro lado, essa vertente do pensamento científico biológico se utiliza desse argumento para naturalizar as relações de gênero, exercendo assim seu biopoder (Coelho & Sampaio, 2014).

Entretanto, o gênero não está ligado ao órgão sexual, e sim à cultura e aos processos de socialização. Como destacado por Bento (2008), o corpo e a linguagem constituem mecanismos de produção dos gêneros:

A materialidade do corpo só adquire vida inteligível quando se anuncia o sexo do feto. Toda a eficácia simbólica das palavras proferidas pelo/a médico/a está em seu poder mágico de gerar expectativas que serão materializadas posteriormente em brinquedos, cores, modelos de roupas e projetos para o/a futuro/a filho/a antes mesmo de o corpo vir ao mundo (...). Os brinquedos, as cores das roupas e outros acessórios que comporão o enxoval são escolhidos levando-se em conta o que seria mais apropriado e natural para uma vagina e um pênis. No entanto, como é possível afirmar que todas as crianças que nascem com vagina gostam de rosa, de bonecas, de brinquedos que não exigem muita força, energia e inteligência? Aquilo que evocamos como um dado natural, o corpo-sexuado, é resultado das normas de gênero. Como afirmar que existe um referente natural, original, para se vivenciar o gênero, se ao nascermos já encontramos as estruturas funcionando e determinando o certo e o errado, o normal e o patológico? O original já nasce “contaminado” pela cultura. Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo (Bento, 2008, pp. 33-35).

Nesse sentido, o órgão genital ou o cromossomo não são determinantes dos diversos modos de ser, agir e estar no mundo. Desta maneira, como destacado por Louro (1999, 2004), o gênero e a sexualidade possuem uma dimensão social e política, e não meramente biológica, como um dado “natural” e inerente ao ser humano. São através dos processos culturais, como as diferentes modalidades de linguagens, os

rituais, as representações e as convenções, que definimos o que é ou não “natural”. A inscrição dos gêneros nos corpos e as expressões da sexualidade são sempre feitas dentro de um determinado contexto cultural.

Outro ponto importante de ser ressaltado e que pode auxiliar na compreensão do problema de pesquisa investigado é a diferenciação entre identidade de gênero e orientação sexual, ainda que esses dois fenômenos estejam intimamente ligados. Como já discutido anteriormente, a identidade de gênero está ligada ao modo como a pessoa se vê: mulher transgênero, mulher cisgênero, homem transgênero, homem cisgênero, travesti, entre outros. Já a orientação sexual está ligada ao desejo; à atração afetivo-sexual. Se, por exemplo, um homem (seja ele cis ou trans) tem desejo afetivo e sexual por outro homem (cis ou trans), ele é considerado como um homem gay. Se ele tem desejo por mulheres (cis ou trans), é considerado como um homem heterossexual. Se o desejo é por homens e por mulheres: a orientação é bissexual (Jesus, 2012).

A partir disso, podemos refletir acerca de alguns pontos: a) vivemos em uma cultura onde a linearidade entre sexo, gênero e desejo (Butler, 2015) é pressuposta e moldada para que essa ordem não seja rompida; b) um homem cisgênero heterossexual pode considerar que conseguiu manter a linearidade esperada; c) esse mesmo homem pode sentir atração por uma mulher trans; d) esse mesmo homem teve sua identidade construída a partir de um modelo binário de masculinidade, pautado no sexismo. Quais os efeitos que podem ser produzidos quando se misturam todos esses “ingredientes”? Quais os efeitos dessa masculinidade hegemônica que necessita ser reafirmada constantemente?

Em suma, pode-se perceber que as rupturas com as normas de gênero historicamente estabelecidas provocam, no meio social, uma falta de inteligibilidade e de subsídios conceituais, linguísticos e psicológicos que deem sentido à existência das

peças trans (Bento, 2017). Dessa maneira, como ressaltado por Coelho e Sampaio (2014), evoca-se um sentimento de estranhamento que acaba por desencadear práticas discriminatórias como forma de estabelecer a “ordem” perante os que desviam e transgridem as rígidas fronteiras do gênero, fomentadas pelo sexismo (Madureira & Branco, 2012).

2. Brasil, um País de Todos?

O quadro pintado é idílico. Somos uma terra sem terremotos e furacões. Sem guerras civis nem fundamentalismos extremados que levam a genocídios. Somos pacíficos. Não violentos. Não somos agressivos. Não odiamos. Não somos preconceituosos. Não somos racistas. Esse quadro não resiste ao teste da história (Karnal, 2017, p. 17).

Acredita-se que uma das bases sociais que sustenta diversas formas de violência no Brasil é o mito da não violência brasileira. A história do Brasil, da forma como foi tradicionalmente narrada, se apoiou em uma construção mítica e idealizada de uma história feita sem sangue, sem guerras, ainda que tenhamos tido na nossa história várias ‘guerras civis’ que não adotaram essa nomenclatura. Outros termos foram utilizados como a Cabanagem (1835-1840), a Balaiada (1838-1841), as Revoltas Liberais (1842), a Revolução Farroupilha (1835), entre outras. As motivações das guerras? Sempre, hipoteticamente, pautadas na luta por direitos, por igualdade. Nunca por ódio (Chauí, 2017; Karnal, 2017).

Entretanto, temos um histórico de violência nessas guerras civis com morte em praças públicas, massacres e demais atos violentos com requinte de crueldade. A morte de Zumbi dos Palmares, por exemplo, revela a violência e o ódio que constituiu a sociedade brasileira. Zumbi foi encontrado em 1695 com o corpo perfurado por balas e punhaladas. Foi castrado e teve seu pênis costurado dentro da boca. A cabeça, foi decepada, coberta por sal e espetada em um poste (Karnal, 2017).

Mas, afinal, o que é violência? Muitas vezes, temos o costume de associá-la à criminalidade. Entretanto, adotamos aqui o conceito de violência utilizado por Chauí (2017, pp. 35-36):

Etimologicamente, “violência” vem do latim *vis*, força, e significa: 1. tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2. todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3. todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4. todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito (é espoliar ou a injustiça deliberada); 5. conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e pela intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência é a presença da ferocidade nas relações com o outro enquanto outro ou por ser um outro, sua manifestação mais evidente se encontra na prática do genocídio e na do apartheid. É o oposto da coragem e da valentia porque é o exercício da crueldade.

Atualmente, temos uma série de indicadores estatísticos da violência no Brasil. Não somos apenas o país que mais mata pessoas trans no mundo, como já mencionado anteriormente, como também somos o país que mais mata pessoas LGBT no mundo, sendo considerado um dos países mais perigosos do mundo para essa população viver (Bento, 2017). Somos o país que mais mata pessoas no trânsito, com índice de assassinato por 100 mil habitantes que supera, por exemplo, o índice de mortos na Faixa de Gaza, segundo estatísticas do Observatório Nacional de Segurança Viária (Karnal, 2017). Somos o quinto país com a maior taxa de feminicídio do mundo (Mapa da Violência, 2015), com um estupro a cada 11 minutos (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2015) e 503 mulheres vítimas de agressão física a cada hora (Data folha, 2017).

Esses exemplos mostram que a violência na sociedade brasileira é estruturante e revelam que a imagem do país do futebol, do carnaval, da diversidade, cujo povo é generoso, alegre, cordial, que respeita as diferenças étnicas, culturais, raciais, sexuais e até desconhece o racismo, a homofobia, a transfobia; revelam as diversas maneiras de negar, naturalizar ou ocultar a presença da violência na nossa sociedade. Assim, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as diversas formas de exclusão, a corrupção, o “jeitinho brasileiro”, não são vistos como violência, sendo estes muitas vezes compreendidos e reduzidos apenas à criminalidade. Porém, é necessário compreender a violência simbólica que perpassa nossa sociedade, ou seja, a maneira como ela está estruturada em termos de valores, normas e regras que permeiam os modos de se relacionar socialmente e politicamente (Chauí, 2017).

Tendo isso em vista, podemos destacar alguns efeitos problemáticos desse modo de funcionamento da sociedade brasileira. Vale ressaltar que o não reconhecimento da violência brasileira reforça os estereótipos do Brasil como a terra do samba, do futebol, do carnaval e da liberdade sexual. Os estereótipos têm a força de selecionar nossa memória em relação aos fatos e de orientar o nosso olhar. Ainda que os estereótipos não sejam totalmente desvinculados da realidade, o problema está na generalização de uma pequena parte que é tomada como representativa (Bento, 2017).

Dessa maneira, as diferenças são naturalizadas e, conseqüentemente, apagadas, fazendo com que o indivíduo seja a própria explicação para sua condição de exclusão (Bento, 2017). Na legislação brasileira, tem-se uma lei que garante igualdade para todos. Entretanto, o Estado é omissivo na formulação de estratégias para garantir, de modo efetivo, o previsto legalmente.

Além disso, quando se trata da luta por direitos de grupos historicamente discriminados (como o das pessoas trans), o discurso social da “aceitação” por parte

daqueles/as que não conseguem reconhecer o outro diferente, muitas vezes apresenta-se como uma forma de velar ou ocultar um discurso de fundo preconceituoso: “aceito, desde que se comporte de tal maneira”. Nesse sentido, a cordialidade brasileira e a possibilidade de convivência pacífica se dão por uma espécie de “contrato de fronteiras”, ou seja, a condição da não violência é estabelecida pelo não cruzamento de determinados limites simbólicos. Como por exemplo, “Gays e lésbicas continuarão a ser aceitos, desde que não poluam os espaços públicos com demonstração de amor e desejo, por um lado, e que se mantenham no seu gênero, por outro” (Bento, 2017, p. 59). É o apagamento, portanto, das diferenças.

Por outro lado, quando as fronteiras são “invadidas” ou “desrespeitadas”, conflitos são instaurados pelo não reconhecimento do outro, bem como dos seus direitos. No caso das pessoas trans, essas fronteiras são rompidas de maneira mais radical pela incompreensão da não linearidade entre sexo-gênero. Conforme ressaltado por Bento (2017), para a pessoa homossexual é possível construir estratégias de aceitação (não de reconhecimento) para a eliminação de quaisquer atitudes que o identifiquem como homossexual. Para um homem gay, por exemplo, não ser afeminado e “não dar tinta”, funcionam quando se pensa em estratégias de manutenção e de respeito à heteronormatividade.

Entretanto, com as pessoas trans essas estratégias não funcionam assim, pois “os corpos apresentam diferenças insuportáveis para um contexto marcado pela hegemonia dos discursos que definem os sujeitos por suas genitálias. Os corpos trans seriam a própria materialidade da impossibilidade de assimilação” (Bento, 2017, p. 59). No Brasil, são essas pessoas que estão, majoritariamente, sendo eliminadas, sendo seus assassinatos contabilizados, muitas vezes, de maneira equivocada, nas estatísticas da homofobia. No caso das mulheres trans, a situação é ainda pior, pois ela rompe, ao

mesmo tempo, com duas estruturas muito enraizadas e hierarquizadas histórica e socialmente: a) a determinação biológica da identidade de gênero e; b) a identificação com o que é desvalorizado socialmente: o feminino (Bento, 2017).

Em suma, em virtude do exposto anteriormente, considera-se que o exercício de assumir que somos violentos, pautado na compreensão de como nossa sociedade foi estruturada, é importante para a tomada de consciência de que muitas ações, que são legitimadas socialmente, são violentas. Oprimem, discriminam, violam direitos, matam. Não são os outros. Somos nós. Não somos iguais, não somos tratados iguais e não temos acesso a direitos fundamentais de maneira igual.

3. Desumanização e Violência: O Império da Lei Binária de Gênero

Gisberta⁴. Mulher trans, brasileira, brutalmente assassinada em Portugal no ano de 2006. Você já ouviu falar dela?

Quem a matou? Um homem? Dois homens? Não. Quinze adolescentes a torturaram durante horas, abusaram de seu corpo de todas as formas e, depois, a jogaram num poço. O laudo pericial apontou como causa da morte afogamento. Ou seja, ela ainda tinha vida quando foi atirada no poço. Por que a morte de Gisberta não repercutiu no Brasil? Por que o silêncio? Por que tanto ódio? (Bento, 2017, p. 217).

A Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil, Rede Trans, a qual monitora a violência de pessoas trans no Brasil, já registrou, de janeiro a outubro de 2017, 172 casos de homicídios e óbitos de pessoas travestis e transexuais; 56 casos de tentativas de homicídio e 104 casos de violação de direitos humanos, como ameaças, agressões, expulsões de espaços públicos e privados e privações de direitos.

As violências contra as pessoas trans começam muito cedo. Conforme ressaltado por Bento (2017), no momento em que as famílias descobrem que o/a filho/a está indo em uma direção contrária à “natureza” através de comportamentos e/ou desejos não compatíveis com o gênero que lhe foi designado, o meio encontrado para “consertá-lo/a” é pautado, muitas vezes, na violência. Geralmente, as pessoas trans saem de casa ainda na adolescência e “encontram na prostituição o espaço social para sobrevivência financeira e construção de redes de sociabilidade” (Bento, 2017, p. 234). Assim se inicia, muitas vezes na própria família, o processo de estigmatização em relação às

⁴ “Gisberta” também é o nome de uma peça teatral dirigida por Renato Carrera e interpretada pelo ator Luis Lobianco, a qual retrata a história de Gisberta, transexual brasileira que foi torturada e assassinada em Portugal no ano de 2006. Outra peça que retrata o tema da transgeneridade é a “BR trans” que, interpretada pelo ator Silvero Pereira, leva aos palcos experiências de vida da travestilidade e da transexualidade.

peças trans que acaba por se propagar para a comunidade, para a escola, para os serviços de saúde e demais espaços sociais (Peres, 2009).

No contexto escolar, por exemplo, “as situações antes vividas no seio familiar tornam-se públicas” (Coelho & Sampaio, 2014, pp. 19), contribuindo para os altos índices de evasão escolar em virtude do ambiente hostil e violento no qual as pessoas trans são expostas. Assim, a escola representa um dos principais espaços desencadeadores do processo de exclusão, através de uma violência explícita por parte de alunos/as e de uma violência silenciada por parte dos/as profissionais (Franco & Cicillini, 2015). Nesse sentido, em uma sociedade escolarizada em que a escola ainda representa uma das únicas possibilidades de ascensão social para a população menos favorecida, poucas pessoas trans conseguem alcançar formas de ascensão social que estejam desvinculadas da marginalidade e da prostituição (Franco & Cicillini, 2015).

Isto posto, destaca-se aqui a noção de preconceito enquanto um fenômeno social e psicológico que, quando posto em ação, resulta em práticas discriminatórias. Todavia, fronteiras simbólicas existem em diversos contextos culturais e sociais do mundo de modo a delimitar as diferenças entre os indivíduos e os grupos sociais (Madureira & Branco, 2012). O problema emerge quando essas fronteiras se tornam impermeáveis e passam a desqualificar aqueles/as que estão do “lado de lá”. Assim, quando há a transgressão dessas fronteiras por indivíduos que não se adequam aos limites culturalmente estabelecidos, emergem ações discriminatórias pautadas na violência e na intolerância como forma de “manter o respeito” às hierarquias e às desigualdades historicamente impostas (Madureira & Branco, 2012).

Dessa maneira, no campo das fronteiras de gênero, Bento (2008) destaca que quando as ações e os desejos não correspondem à ordem de gênero, de acordo com o que é definido e aceito socialmente como legítimos para uma mulher e para um homem,

as normas de gênero são desestabilizadas. É nesse processo que a violência é utilizada, muitas vezes, para manter as práticas transgressoras afastadas do que é considerado “humanamente normal”, ou mesmo para eliminá-las. Assim, a naturalização de algumas identidades e a patologização de outras contribuem para a marginalização dos considerados seres abjetos, “anormais”.

Esse processo de desumanização está pautado no que Dornelles (1988, citado por Cassal, Garcia & Bicalho, 2011) chama de processos de criminalização, ou seja, a transgressão de sistemas normativos provoca ações de punição. Nessa direção, cabe ainda destacar que:

Para Foucault (1999), é sempre necessário um processo para manutenção das normas; mais que um reforço (um modo de funcionamento que viabiliza uma estratégia), há um “esforço” da lei – exercícios de poderes que tornam possível a emergência e a manutenção de determinada regra. Ou seja, a biopolítica é exercida através de normatizações, que não são simplesmente documentos promulgados, mas toda a produção de uma verdade em torno daquelas normas. (Foucault, 1999, citado por Cassal, Garcia & Bicalho, 2011, pp. 466-467).

Como elucidado por Nardi e Silva (2014), a moral social presente na cultura instaura o dispositivo saber-poder que é legitimado pelos “jogos de verdade”, ou seja, o conjunto de regras que institui o que é verdadeiro ou não (Foucault, 2008). Dessa forma, “verdades” são legitimadas pela maioria da sociedade e sustentam-se pela dupla função de dominação e de identificação.

Ou seja, por um lado, os “jogos de verdade” são perpassados por relações de poder e se constituem como justificativas para formas de dominação a partir do que é compreendido como legítimo ou não socialmente. Por outro, a “verdade” funciona como um meio de identificação dos indivíduos pois, a partir da incorporação das

normas sociais, é possível compreender seu modo de ser e estar no mundo. Contudo, isso acaba por invisibilizar os dispositivos de controle quando se considera os processos de constituição e de identificação do sujeito a partir de uma visão estritamente essencialista, sem levar em conta aspectos culturais e sociais (Nardi & Silva, 2014).

Nesse sentido, o que diferencia pessoas cisgêneros das pessoas trans são as diferentes legitimidades conferidas às suas identidades de gênero, tendo como base a norma binária. Instaura-se, assim, uma disputa discursiva e uma produção de saberes sobre quem deve existir, quem deve ser silenciado/a e quem deve ser eliminado/a. Nessa direção, a patologização das identidades trans funciona como um recurso de marginalização, de estabelecimento de fronteiras rígidas, em princípio intransponíveis, entre os “normais” e os “patológicos”. Dessa maneira, muitos “normais” se negam a reconhecer a existência e a presença de seres considerados “abjetos”. A partir daí, são acionadas ações de eliminação, caracterizadas, muitas vezes, por alto grau de crueldade, conforme elucidado por Bento (2008, p. 49):

Daí eliminá-la obsessivamente pelos insultos, leis, castigos, no assassinato ritualizado de uma transexual que precisa morrer cem vezes na ponta afiada de uma faca que se nega a parar mesmo diante do corpo moribundo. Quem estava sendo morto? A margem? Não seria o medo de o centro admitir que ela (a transexual/a margem) me habita e me apavora? Antes de matá-la. Antes agir em nome da norma, da lei e fazer a assepsia que garantirá o bom funcionamento e regulação das normas. Outra solução “mais eficaz” é confinar os “seres abjetos” aos limites dos compêndios médicos e trazê-los à vida humana por uma agulhada que marca um código abrasado a cada relatório médico que diagnostica um “transtorno” (Bento, 2008, p. 49).

Nesse contexto, não só o saber médico como também o saber psicológico, por meio da incorporação das normas sociais, acaba por naturalizar as “verdades” produzidas como legítimas da individualidade de cada um. O surgimento da Psicologia, enquanto ciência, instaurou um novo tipo de assujeitamento: o interior. Esse “processo de individualização do social e conseqüente dessocialização do sujeito”, termos utilizados por Nardi e Silva (2014, p. 97), instauram modos de ser aparentemente “personalizados”. Assim, essa suposta essência do sujeito, como algo que nasce e permanece com o indivíduo independente das suas experiências no contexto sociocultural, acaba por isentá-lo de compromissos sociais, além de sustentar os discursos pautados na tolerância, sem levar em conta a alteridade e o respeito ao outro (Nardi & Silva, 2014).

Podemos refletir aqui sobre os mecanismos psicológicos que sustentam e perpassam o fenômeno da transfobia. Na direção do que Sawaia (2014) destaca, o medo do desconhecido ou do outro “transgressor” pode gerar sentimentos de ansiedade e de agressividade no processo de busca de sinais identitários para que o indivíduo possa encontrar suas referências. Porém, ao se defrontar com o desconhecido que ele não conhece e não domina, se sente inseguro, desesperado e perde o controle em meio a busca de mecanismos defensivos que sustentem os seus parâmetros identitários. Ao encontro desse argumento, Bauman (2005, p. 35) ressalta que “o anseio por identidade vem do desejo de segurança (...) flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, perturbadoramente, “nem-um-nem-outro”, torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade”.

Nessa direção, um tipo de mentalidade amedrontada que está em destaque na atualidade e se expressa em diversas facetas da violência, é a mentalidade fascista, a qual encontra no contexto político brasileiro e internacional atual um terreno fértil de

propagação e legitimidade. Podemos citar, como exemplos, o deputado federal Jair Bolsonaro, o presidente estadunidense Donald Trump, o pastor Silas Malafaia, o pastor e deputado federal Marcos Feliciano, dentre outros. O que todos eles têm em comum? O que está por trás dos discursos e das práticas fascistas? Em suma, é a expressão social do ódio, sendo este compreendido como “o afeto que se expressa como intolerância, violência projetiva ou, no extremo, declaração de morte ao outro” (Tiburi, 2017, p. 32).

Conforme elucidado por Tiburi (2017), o pensamento fascista é caracterizado por alguns aspectos comuns, como:

- Expressão social do ódio: disseminação do ódio para a conquista de poder e/ou imposição de suas concepções de mundo;
- Desejo de voltar ao passado: fantasia de reestabeler a ordem, a “verdade” do que era antes.
- Ideologia de negação: nega-se tudo: as diferenças, as qualidades dos opositores, as conquistas históricas, a luta de classes e, principalmente, o conhecimento e o outro diferente. Nega o outro e o conhecimento como forma de manter as suas certezas inabaláveis.
- Defesa do Estado Totalitário em detrimento do Estado Democrático: o regime democrático pautado na garantia de direitos fundamentais iguais a todos representam uma ameaça à ideologia fascista. Defende-se o Estado como detentor do poder e que se sobreponha ao indivíduo, a ponto de anulá-lo. Assim, a repressão da diferença abre margem para a intolerância.
- Fascismo como algo “natural”: as práticas fascistas se apresentam como consequências necessárias do Estado ou da vida em sociedade, em prol da manutenção da ordem pelo uso do poder e da violência.

- Desconfiança: “o fascista desconfia do conhecimento, tem ódio de quem demonstra saber algo que afronte ou se revele capaz de abalar suas crenças” (Tiburi, 2017, p. 13). Por isso, a transformação do “diferente” em inimigo.
- Não dialoga: apresenta ponto de vista fixo. Não se abre ao diálogo e à reflexão, não se relaciona com outras dimensões que ultrapassem as suas “verdades absolutas”. É enrijecido em sua visão de mundo e não se dispõe a escutar e refletir.
- Postura agressiva: assume uma postura autoritária e ignorante, ao passo que utiliza o ódio como ferramenta de não estabelecimento de laços potenciais e de submissão do outro pelo espaço de poder ocupado.

Em suma, a mentalidade fascista é marcada pelo sentimento de medo. O ódio é utilizado como mecanismo de defesa da sua identidade, a qual compreende o diferente como uma ameaça (Tiburi, 2017). Nessa perspectiva, se eu não reconheço o outro, ele deve ser eliminado.

No caso de pessoas trans, de forma mais específica, a ruptura com as normas acontece de maneira mais evidente, o que pode explicar, por exemplo, o nível de crueldade e ódio dos crimes cometidos contra travestis e transexuais. Assim, pode-se afirmar que a pessoa transfóbica alimenta em si os sentimentos de medo e insegurança que o outro provoca. O outro “diferente” se torna uma ameaça, pois a sua existência desestabiliza a minha própria identidade, crenças e valores até então inquestionáveis. Daí então, se o outro não existe para mim deve, portanto, ser eliminado pelo uso da violência como forma de estabelecer o controle (Tiburi, 2017).

O modo como se produz o medo, relaciona-se diretamente com a produção do ódio. São afetos associados. A sociedade que promove a insegurança – e vende “segurança” por todos os lados – depende do sucesso do medo. Medo da

economia e da política e, em primeira instância, sempre o “medo do outro”.

(Tiburi, 2017, p. 36)

Ainda, de forma a complementar a compreensão acerca do medo, vale a pena resgatar o que Freud (1969, citado por Chauí, 2017), dizia a respeito do potencial construtivo e destrutivo do ser humano, o qual pode ser direcionado tanto para o amor, quanto para o ódio. Nesse sentido, sem entrar no julgamento ético do “bem” e do “mal”, cada um desses potenciais assume um papel importante nas nossas vidas. O que Freud considerava como agressividade, por exemplo, não necessariamente deve ser associado a algo “mal” ou “ruim”, pois esse potencial humano assume uma função importante de preservação da própria vida.

Por outro lado, a agressividade pode levar a sentimentos extremos pautados em uma mentalidade rígida e fundamentalista de que, para preservar a minha própria vida, o outro - que não está em consonância com os meus valores, com as minhas crenças e, em suma, com a minha identidade - deve ser julgado, afastado ou eliminado pelo uso da violência. Nesse contexto de radicalização da autopreservação, o ódio germina como um sentimento constitutivo do potencial destrutivo humano. Nesse sentido, conforme destacado por Karnal (2017, pp. 11-12):

O ódio é parte central da identidade de indivíduos e grupos (...) Eu preciso constituir uma região antes de odiar a outra (...) Aqui começa a delícia do ódio. Ao vociferar contra outros, o ódio também me insere numa zona calma. Se berro que uma pessoa x é vagabunda, porque nasceu na terra y, por oposição estou me elogiando, pois não nasci naquela terra nem sou vagabundo. Se ironizo com piadas ácidas uma orientação sexual, destaco no discurso oculto que a minha é

superior. Todo ódio é um autoelogio. Todo ódio me traz para uma zona muito tranquila de conforto.

Além disso, o ódio assume as funções de união, ao igualar as diferenças do grupo ao qual eu pertencço; e de controle, na medida em que usa da persuasão para que pessoas amedrontadas cedam de maneira fácil a sua liberdade de pensamento e ação ao que é proposto pelo grupo. Aqui, destaca-se que o sentimento de ódio e de medo andam juntos. É o medo da semelhança. Assim, percebe-se que o ódio reflete o “espelho” de quem odeia. Ou seja, fala mais do que quem odeia do que do objeto odiado (Karnal, 2017).

4. Psicologia, Direitos Humanos e Redes de Apoio à População Trans

Não existe direito a partir de um crime, e as pessoas confundem liberdade com a regra social. Tenho direito de liberdade de expressão para dizer que eu (...) gosto mais disso ou daquilo. Não tenho direito ao preconceito (Karnal, 2017, p. 59).

Neste triste cenário de violência, onde muitas pessoas trans são, frequentemente, assassinadas dentro e fora do Brasil, não se vê uma preocupação das autoridades quanto à apuração e punição dos autores desses inúmeros crimes. Assim, produz-se uma perversa “hierarquia de mortes” em que umas recebem mais atenção do que outras, sendo que as de pessoas trans são classificadas em um nível inferior. Além de serem subnotificadas, são silenciadas e pouco investigadas. Ainda, parece que predomina no imaginário social uma intolerância que acaba por culpabilizar as vítimas utilizando-se do seguinte argumento: quem mandou se comportar assim? (Bento, 2017).

Dessa maneira, os Direitos Humanos são tratados pela lógica do merecimento, como se certas pessoas não carregassem consigo a humanidade que lhes garante os direitos fundamentais, como a própria vida. Nesse sentido, Bento (2017, p. 218) afirma que: “Para garantir que as coisas fiquem como estão, há um processo medonho de esvaziar a vítima de qualquer humanidade”. Ainda, Bento (2017) argumenta que a possibilidade de reivindicar direitos humanos acaba se restringindo a grupos reduzidos de pessoas que são mais próximas dos modelos hierárquicos representados por homens cisgêneros, brancos, heterossexuais e de classe alta. Quanto mais o sujeito se afasta desses “pontos qualificadores de humanidade”, menos chance tem de reivindicar seus

direitos. Assim, conforme elucidado por Carvalho (2014, p.243), “o não reconhecimento social significa a não garantia de certos direitos”.

Além disso, Bento (2008) destaca que a busca pela manutenção das normas de gênero por meio do uso da violência física ou simbólica é acompanhada por sentimentos de culpa e frustração que se estendem, muitas vezes, para as vítimas. Nessa direção, provoca-se um processo de negação das pessoas trans quanto aos seus corpos, marcado por dúvidas, dores, conflitos e medos que “levam os sujeitos que vivem em conflito com as normas de gênero a localizar em si a explicação para suas dores, a sentir-se uma aberração, uma coisa impossível de existir” (Bento, 2008, pp. 38-39).

Dessa maneira, pessoas trans lutam e resistem cotidianamente em prol da legitimação dos seus direitos e da sua existência. Nesse sentido, Jesus (2010) analisa as Paradas do Orgulho LGBT enquanto um espaço de expressão, de reivindicação e de resistência dessa minoria social representada pelas pessoas trans. Além disso, as Paradas podem ser entendidas como um movimento político em prol da defesa da cidadania e da visibilidade de pessoas LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), que historicamente são mantidas às margens da sociedade.

Ainda, faz-se necessário o investimento em políticas públicas a fim de garantir direitos sociais e de saúde para as pessoas trans. No Brasil, alguns dispositivos legais foram criados para este fim, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População LGBT; o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), redefinido pela Portaria nº 2.803 de 19 de novembro de 2013; e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTs (Santos, 2014).

Assim, é preciso, como afirma Segato (2006), ancorar-se em um trabalho reflexivo de identificação tendo como base uma ética direcionada à transformação e aceitação de outros modos de ser. Nesse sentido, assumir uma posição ética e sensível

frente ao outro acaba por legitimar identidades além das próprias. Uma das formas de operacionalização desse trabalho pode ser considerada a partir da legislação, visto que a instauração de leis acaba por instituir juízos de valor tendo em vista o que é aceito ou não legalmente. Assim:

A lei não é somente produtiva no trabalho dos juízes ao emitir sentenças. É importante também perceber a importância pedagógica do discurso legal que, por sua simples circulação, é capaz de inaugurar novos estilos de moralidade e desenvolver sensibilidades éticas desconhecidas (Segato, 2006, p. 219).

Nesse sentido, a criação de leis tem o potencial de chamar a atenção da sociedade para a desnaturalização de situações de violência, discriminação e violações de direitos de grupos de minoria como, por exemplo, a Lei Maria da Penha. Entretanto, a lei por si só não se mostra suficiente para combater esses problemas. Além disso, considera-se, nesse ponto, o papel fundamental da mídia enquanto uma ferramenta educativa, pois não basta a lei existir. Conforme ressaltado por Segato (2006), a lei precisa ser divulgada ativamente a fim de produzir novas sensibilidades e modificar a moral vigente.

Sendo assim, é urgente a criminalização da transfobia a fim de combater a violência contra a população de travestis e transexuais no Brasil. Conforme ressaltado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (2018), no Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017, precisa-se conquistar não só a criminalização, mas também a qualificação e tipificação de crimes cometidos contra a população LGBT, a fim de:

a) Trazer visibilidade: para conhecer melhor a dimensão e o contexto da violência mais extrema contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e demais pessoas Trans; b) Incentivar denúncias, visto que a qualificação/tipificação e enquadramento como crime comum acaba por invisibilizar os dados e conseqüentemente as denúncias de violações e violências deixam de ser realizadas; c) Possibilitar um efetivo levantamento de dados e demais nuances existentes nos assassinatos de pessoas Trans a fim de contribuir para a elucidação dos casos de forma correta; d) Determinar padrões de procedimentos investigativos para as violações e violências contra a população Trans; e) Ser instrumento para coibir a impunidade: refutar teses comuns – não só no Direito, mas em toda a sociedade, incluindo a imprensa – que colocam a culpa do crime em quem perdeu a vida (Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, 2018, p. 29).

Recentemente, avanços significativos foram alcançados no âmbito jurídico. Um deles, foi o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 1º de março de 2018, da possibilidade de alteração de nome e gênero no registro civil para pessoas trans sem a necessidade da cirurgia de mudança de sexo, autorização judicial, avaliação médica ou avaliação psicológica. Essa decisão teve como base uma nova interpretação dada ao artigo 58 da Lei nº 6.015/1973 que dispõe sobre os registros públicos. Ainda, um outro avanço importante obtido recentemente foi a definição do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica, instituído pela Resolução nº 1 de 19 de janeiro de 2018, do Conselho Nacional da Educação.

Ainda, cabe ressaltar que a representatividade no meio midiático se constitui como uma forma de ruptura e de desconstrução das “verdades” que pairam no imaginário social e permeiam as relações entre os indivíduos. Na atualidade, pode-se

observar a emergência de diversos/as artistas trans, principalmente por meio das mídias digitais como, por exemplo, a artista Pablllo Vittar. Muitas pessoas estranham, questionam, comentam, se incomodam e, de uma forma ou de outra, têm de lidar com a presença de alguém que põe em questionamento a moral vigente. Como destacado por Nardi e Silva (2014):

(...). Para que se possa estabelecer a ruptura com uma determinada forma de dominação, é necessário desconstruir os regimes de verdade que naturalizam as relações sociais, pois somente dessa forma é possível transformar o jogo inerente às relações de poder (...) é o exercício do resgate da coragem da ruptura, da recusa, da denúncia.” (pp. 103-104).

Outro ponto importante de ser não só abordado, como também amplamente divulgado, refere-se às iniciativas de apoio e assistência à comunidade trans. No âmbito mundial, destaca-se a campanha da Organização das Nações Unidas (ONU) “Livres & Iguais”⁵, lançada em 2013, com o objetivo de promover direitos iguais e tratamento justo para pessoas LGBTI através da implementação de campanhas e eventos em diversas partes do mundo.

Além disso, no Distrito Federal (DF), a campanha “Livres & Iguais” deu início ao projeto Trans Formação⁶ o qual visa fomentar as redes de pessoas trans no DF e no entorno, promovendo a articulação com instituições e espaços de poder locais por dois eixos: pessoal e comunitário. Respectivamente, o primeiro eixo envolve a promoção do empoderamento pessoal das/os participantes, por meio de uma atividade de reflexão sobre subjetividades e construção de narrativas pessoais. Já o segundo, visa a

⁵ Informações disponíveis no portal da Campanha através do link <https://www.unfe.org/pt-pt/>.

⁶ Reportagem disponível através do link <https://nacoesunidas.org/onu-brasil-abre-chamada-publica-para-2a-edicao-de-projeto-trans-formacao/>

potencialização do trabalho das(os) participantes enquanto lideranças pelos direitos da população trans no DF e no entorno, por meio de um programa de mentorias.

Ainda, conforme relatado por Peres (2009, pp. 238-239) “no centro dos modos de subjetivação brasileira deparamos com movimentos de organização social e política das travestis e transexuais brasileiras, que passam a reivindicar direitos a ter direitos”. Nesse contexto, esses movimentos vêm reivindicando respeito para com as diferenças, abertura ao diálogo e espaços para participação em tomadas de decisões.

Nessa direção, em nível nacional, movimentos como o Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT), a União Libertária de Travestis e Mulheres Transexuais (ULTRA) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), atuam como meios de promoção de visibilidade, saúde e cidadania para travestis, homens e mulheres trans do Brasil, além de promover discussões e atuações que visam a melhoria da qualidade de vida dessa população.

No Distrito Federal, a Associação do Núcleo de Apoio e Valorização à Vida de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Distrito Federal e Entorno (ANAVtrans) oferece suporte emocional e orientação quanto a questões jurídicas, de saúde e políticas públicas às pessoas trans, além de promover debates e seminários para discutir pautas relevantes para essa população.

Além disso, foi inaugurado, em agosto de 2017, o primeiro ambulatório público do Distrito Federal destinado a pessoas trans, que está em funcionamento no Hospital Dia, localizado na Asa Sul. O serviço conta com assistência em psicologia, psiquiatria, serviço social, endocrinologia e enfermagem. Aqui, pode-se destacar um avanço de extrema importância no que se refere à assistência em saúde especializada para travestis e transexuais.

Um ponto importante a ser destacado é que todas essas iniciativas e movimentos se unem e atuam em prol da luta referente à despatologização das identidades trans, as quais ainda são consideradas como patologias pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Assim, a transexualidade e a travestilidade são listadas como transtornos nos principais instrumentos diagnósticos utilizados atualmente: a Classificação Internacional de Doenças (CID) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Porém, a patologização não apenas deslegitima as identidades trans como legitima a transfobia “cientificamente”.

Apesar disso, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) vem atuando ativamente na luta a favor da despatologização das identidades trans. Neste ano, no Dia Nacional da Visibilidade Trans (29 de janeiro), o CFP recebeu, pela Rede Trans Brasil, o prêmio “Parceiros do combate à Transfobia em 2017”, mesma data da Resolução CFP nº 1/2018, a qual estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Conforme o artigo 7º dessa Resolução:

As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização das pessoas transexuais e travestis. Parágrafo único: As psicólogas e os psicólogos, na sua prática profissional, reconhecerão e legitimarão a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis em relação às suas identidades de gênero.

Portanto, finalizo a fundamentação teórica da presente monografia com as reflexões compartilhadas por Bento e Pelúcio (2012, p. 579): “Por que diagnosticar o gênero? Quem autoriza psicólogos, psiquiatras, endocrinologistas e outras especialidades que fazem parte das equipes multidisciplinares a avaliarem as pessoas transexuais e travestis como doentes?”. Não existe exame clínico para diagnosticar as travestilidades e transexualidades como um transtorno. A única “receita” que guia o

olhar dos/as profissionais para conceber tal diagnóstico a partir das compreensões entre o “normal” e o “patológico”, são as próprias normas rígidas e inflexíveis de gênero estabelecidas socialmente (Bento & Pelúcio, 2012; Bento (2008). Ou seja, a patologização está inserida no nível de um discurso que, por si só, é problemático e não se sustenta.

5. Metodologia

O presente estudo utilizou o método qualitativo inspirado na epistemologia qualitativa desenvolvida por González Rey (2002). Segundo este autor, a epistemologia qualitativa é uma forma de satisfazer as exigências epistemológicas relacionadas ao estudo da subjetividade, enquanto sistema dinâmico e complexo, sendo ela parte constitutiva do indivíduo e das diversas formas de organização social.

A pesquisa qualitativa, como definido por Minayo (2015), tem como foco analisar um nível de realidade sem quantificá-lo, ao trabalhar com o universo de significados, crenças, valores e atitudes, fenômenos os quais não podem ou não devem ser reduzidos ao manejo de variáveis. Além disso, a pesquisa qualitativa em Psicologia, como destacado por Madureira e Branco (2001), é caracterizada, a partir da perspectiva sociocultural construtivista, pela concepção de causalidade sistêmica, ou seja, o desenvolvimento psicológico humano é compreendido segundo sua gênese cultural.

Dessa maneira, parte-se do pressuposto de que “o mundo social não é um dado natural, sem problemas: ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas” (Gaskell, 2002, p. 65). Assim, a proposta inicial do estudo consistia na realização de dois grupos focais, visto que essa metodologia tem por objetivo, através da comunicação e interação facilitada pelo/a moderador/a, estimular os/as participantes a falar e se posicionar em relação ao que é posto em discussão pelos demais participantes (Gaskell, 2002).

Entretanto, em virtude da impossibilidade dos/as profissionais psicólogos/as contatados/as em participar do grupo no mesmo dia e horário e, ainda, no prazo viável para a realização e conclusão da pesquisa de campo, não foi possível realizar esse grupo. Sendo assim, optou-se por realizar três entrevistas individuais abertas, tendo em vista os objetivos da pesquisa. Nessa direção, na entrevista aberta o/a participante tem o

espaço de falar livremente sobre o tema em foco a fim de expor suas reflexões acerca da temática abordada, de modo que o/a pesquisador/a, quando realiza perguntas, são para fins de sensibilização para a reflexão ou para provocação de reflexões mais aprofundadas (Minayo, 2015).

Quanto ao grupo focal com pessoas trans, foi possível realizar a sessão, conforme planejado. Nesse aspecto, a escolha da metodologia se deu a partir dos objetivos delimitados para essa pesquisa. Como destacado por Gatti (2005), o trabalho com grupo focal visa trazer compreensões, esclarecimentos e teorizações quanto a situações complexas, polêmicas e contraditórias que possam ser difíceis de serem trabalhadas em função, por exemplo, de preconceitos, como é o caso do problema de pesquisa a ser investigado, bem como dos objetivos desse estudo.

5.1 Participantes

Participaram da pesquisa cinco pessoas que se identificam como transexuais e/ou travestis; e três psicólogos/as que realizam trabalhos com pessoas trans.

A fim de preservar o sigilo quanto às identidades das/o participantes dessa pesquisa, foram utilizados, para as/o psicólogas/o, os seguintes nomes fictícios:

Jaqueline - Psicóloga clínica com foco em pacientes trans, integrante da comissão LGBT do Conselho Regional de Psicologia (CRP 01).

Pedro - Psicólogo da Secretaria de Saúde do Distrito Federal vinculado ao Ambulatório Trans e ao CREAS diversidade.

Tatiana – Psicóloga clínica com experiência em atendimento de pessoas trans.

Ainda, no intuito de preservar às identidades das/o participantes trans dessa pesquisa, foram utilizados nomes fictícios alusivos a pessoas travestis e transexuais brasileiras mortas pela transfobia. A escolha dos nomes fictícios, apresentados a seguir,

é um ato político de memória, resistência e visibilidade dessas pessoas que foram brutalmente assassinadas pela coragem de ser.

Seguem abaixo as descrições sobre o/as participantes do grupo focal.

Dandara⁷: mulher trans, branca, servidora pública e estudante universitária.

Gisberta⁸: mulher trans, negra, professora da educação básica.

Hérica⁹: mulher trans, branca, estudante universitária.

Idete¹⁰: travesti, negra, profissional do sexo e estudante universitária.

Thadeu¹¹: homem trans, negro, educador físico.

“Que essas mortes não sejam ignoradas, preteridas ou que as histórias dessas moças e rapazes não sejam esquecidas. Que a indignação nos motive a seguir em frente. E que nossa voz nunca seja silenciada” (Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, 2018, p. 4).

5.2 Materiais e Instrumentos

No grupo focal, foram utilizados como materiais um gravador de áudio, uma televisão, um controle remoto, um cabo HDMI, um pen drive, uma mesa com cinco cadeiras e um notebook. Já nas entrevistas, foram utilizados um gravador de áudio, um fone de ouvido, um notebook e um pen drive. Em ambos, foram utilizados, para cada participante, os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE’s (Anexo A e B).

⁷ Dandara: travesti, 42 anos, morta com tiros no rosto após ser espancada e apedrejada por pelo menos seis adolescentes em Fortaleza – Ceará.

⁸ Gisberta: mulher trans, 45 anos, atirada em um poço ainda com vida após ser espancada e torturada durante três ou quatro dias por 15 adolescentes na cidade do Porto em Portugal.

⁹ Hérica: mulher trans, 24 anos, espancada por um grupo de 10 homens e jogada de um viaduto em Fortaleza – Ceará.

¹⁰ Idete: travesti, 24 anos, espancada e assassinada com mais de 30 facadas por três jovens em Campina Grande – Paraíba.

¹¹ Thadeu, homem trans, 24 anos, foi espancado e assassinado com tiros na cabeça.

Como instrumentos, foram utilizados, tanto no grupo focal, quanto nas entrevistas, um vídeo previamente editado pela pesquisadora como ponto de partida para a discussão; além do diário de campo.

5.3 Procedimentos de Construção das Informações

Inicialmente, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, para avaliação dos aspectos éticos envolvidos na realização da pesquisa. Após a aprovação (Anexo C), foi feito contato com os/as participantes, os/as quais foram selecionados/as por meio de redes interpessoais da pesquisadora. Foram realizadas uma sessão de grupo focal com pessoas trans e três entrevistas abertas individuais com psicólogos/as que atuam profissionalmente com a população trans, em virtude da mudança nos procedimentos previstos inicialmente, conforme mencionado anteriormente.

Além disso, foram apresentados esclarecimentos a cada um/a dos/as participantes acerca dos aspectos éticos da pesquisa. Nesse sentido, foi explicado que a participação seria voluntária e, portanto, seria assegurado o direito de desistir a qualquer momento da pesquisa. Além disso, foi informado que as discussões deveriam ser gravadas em áudio, com o consentimento dos/as participantes, a fim de facilitar o posterior trabalho de análise. Ainda, foi esclarecido acerca da manutenção do sigilo em relação à identidade pessoal de cada participante. Também, foi esclarecido de que não existem respostas certas ou erradas. Por fim, foram entregues a cada um dos/as participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexos A e B). O grupo focal foi realizado em um Café co-working, enquanto que as entrevistas, duas foram realizadas nos locais de trabalho dos/as participantes e uma em outro Café.

Cabe mencionar ainda que, para auxiliar o trabalho da pesquisa na construção das informações, foi utilizado o diário de campo como instrumento de organização das informações para o processo analítico e interpretativo realizado. O custeio da pesquisa ficou a cargo da pesquisadora.

5.4 Procedimentos de Análise

A análise das informações construídas nos grupos focais foi realizada a partir do método da análise de conteúdo temática, a qual tem como objetivos encontrar respostas para questões previamente formuladas, além de descobrir o que está implícito por trás dos conteúdos manifestos, através da proposta de interpretação qualitativa. Para tanto, uma das técnicas mais comuns para analisar os conteúdos envolve a elaboração de categorias (Gomes, 2004).

Dessa maneira, como destacado por Gomes (2004), trabalhar com categorias “significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso” (Gomes, 2004, p. 70). Portanto, tendo como base os objetivos da pesquisa, bem como as informações construídas, foram elaboradas, após a transcrição dos áudios gravados durante a sessão de grupo focal e durante as entrevistas realizadas, três categorias analítico-temáticas de acordo com as questões mais relevantes manifestas nas falas dos/as participantes. Sendo assim, foram elaboradas as seguintes categorias: 1) Visibilidade e representatividade: as vozes “trans”; 2) Atuação em Psicologia: pela despatologização das identidades trans; e 3) Mecanismos sociais e psicológicos que sustentam a transfobia.

Cabe mencionar que no trabalho de análise e interpretação das informações construídas na pesquisa de campo, as categorias analíticas temáticas permitem organizar os resultados de uma forma que facilita a elaboração de análises comparativas sobre os

aspectos convergentes e os aspectos divergentes presentes nas discussões realizadas no grupo focal e nas entrevistas individuais abertas.

6. Resultados e Discussão

A seguir, serão apresentados os resultados mais significativos da pesquisa de campo, a partir das categorias analítico-temáticas mencionadas anteriormente.

6.1 Visibilidade e representatividade: as vozes “trans”

“Eu sou mulher, sou travesti, sou estudante, sou prostituta, mas eu ainda sou gente. Então você tem que me respeitar pelo que eu sou” (Idete)

Início essa categoria temática com alguns registros extraídos do diário de campo. Lidar diretamente com os/as protagonistas desse estudo e com suas histórias de vida e trocas de experiências revelou um potencial transformador para além dos níveis analíticos e interpretativos necessários a uma pesquisa de campo. O nível de vulnerabilidade e de violência as quais pessoas trans são expostas é chocante. Em vários momentos da pesquisa, foi possível perceber e sentir os efeitos da transfobia, principalmente nas tentativas de contato com os/as possíveis participantes.

Logo no início, em meio a tentativas de convidar pessoas travestis e transexuais para participar do grupo focal, ouvi que iria ser difícil conseguir uma adesão em virtude da possível desconfiança em relação a minha intenção com a pesquisa, como uma suposta exotização das pessoas trans, pelo fato de eu ser uma mulher cisgênero.

Em outra situação, uma mulher trans relatou que, apesar do interesse em participar e da disponibilidade no horário sugerido, não poderia ir justamente por causa do meu tema. Ao tentar compreender melhor, ela relatou que não pegava ônibus naquele horário em virtude das inúmeras situações de chacota e de humilhação sofridas por parte de um cobrador.

Nesse sentido, é admirável e transformador notar que, apesar de toda violência, nos mais diversos níveis e contextos sociais; das constantes violações de direitos básicos, inclusive à vida; e da extrema vulnerabilidade e invisibilidade social, muitas pessoas travestis e transexuais lutam pelo reconhecimento de serem quem são (informações extraídas do diário de campo). Essa realidade de exclusão foi abordada por uma das participantes, conforme descrito a seguir.

Dandara: É importante que a gente possibilite o protagonismo dessas pessoas, porque o problema das pessoas trans, das pessoas trans não, o problema é da sociedade com as pessoas trans; elas são impedidas de jogar o jogo. Não é nem “ah, porque eu fui jogar e perdi”. Não, elas nem tiveram a oportunidade de jogar o jogo da sociedade, de poder arrumar um emprego, de poder conseguir as coisas né, de mostrar que são capazes. Não tiveram nem essa oportunidade. E isso é o que leva inclusive ao suicídio, que o suicídio de pessoas trans é grande, por conta dessa não aceitação da sociedade.

O relato anterior expõe os processos de subjetivação, ou seja, as maneiras com que as pessoas são dispostas no meio social e como as práticas relacionais são concebidas de acordo com os modelos existenciais instituídos nas relações de saber e de poder. Esses modelos são demarcados, sócio e historicamente, por ideologias patriarcais, heteronormativas, binárias, entre outras, de modo que os "normatizados" sejam contemplados com respeito e oportunidades, enquanto que os "transgressores" sejam punidos com desprezo e obstáculos quanto ao reconhecimento e à garantia de direitos (Peres, 2009). Em outras palavras, como ressaltado pela participante, os

“transgressores”, a exemplo das pessoas trans, são impedidos de jogar o jogo da sociedade e, conseqüentemente, ficam a mercê da marginalização e da exclusão.

Em decorrência dessa “expulsão do jogo social”, o suicídio aparece como um indicador desse processo excludente. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (2018), no Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017, dentre os fatores levantados acerca das causas de suicídio, estão “o contexto social, econômico, disfunções químicas, e as próprias questões de saúde mental” (Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017, 2018, p. 26). No ano passado, foram identificados sete casos de suicídio de pessoas trans. Entretanto, acredita-se que, assim como os assassinatos, os casos de suicídio dessa população acabam sendo subnotificados em virtude da invisibilização e da não veiculação de matérias sobre esse assunto.

Como ressaltado por Jesus (2012), as trajetórias de travestis e transexuais são marcadas por violências que acabam por limitar seus espaços na sociedade em decorrência da exclusão dos contextos educacionais e de trabalho, não só por meio de violências explícitas, como também de violências veladas, como ilustra o exemplo a seguir:

Thadeu: Aí ela pegou e me demitiu, sendo que tinha um outro garoto lá que sempre pedia pra entrar mais cedo, sair mais cedo (...). Tinha um outro que não ia pras reuniões de sábado (...). Aí eu maior inocente né, “corte de gastos”. Quando eu cheguei em casa eu mandei um e-mail e me expliquei né, depois daquele baque, cheguei lá e mandei um e-mail agradecendo, que se tivesse uma outra oportunidade eu gostaria de voltar (...), já que foi corte de gastos, se tivesse outra oportunidade eu gostaria de voltar. Aí a resposta foi que eu não

voltaria, que não teria forma alguma de voltar porque eu não me encaixei nos padrões do clube. Nove meses de trabalho e eu não me encaixei nos padrões do clube? Por favor, querida. O que que é isso? Transfobia total.

Aqui, tem-se um exemplo de violência simbólica, ou seja, de forma sutil, invisível, velada (Peres, 2004), que demonstra a demarcação dos espaços entre o que é aceito e o que não é aceito socialmente. Conforme relatado por Chauí (2017), é necessário compreender a violência simbólica que perpassa nossa sociedade, ou seja, a maneira como ela está estruturada em termos de valores, normas e regras que permeiam os modos de se relacionar socialmente e politicamente.

As consequências das violências podem ser ameaçadoras para aqueles/as que são possíveis alvos de transfobia, até casos extremos de suicídio como mencionado anteriormente. Além disso, a violência pode ser fonte propagadora do medo, da insegurança e da anulação de si mesmo/a, como relatado no trecho a seguir.

Hérica: Pra mim, é muito curioso porque tipo, até agora eu não consegui estágio (...). Mas não muito pela discriminação direta, mas também pela indireta que tá em mim. O fato de eu já pensar que isso me impossibilita, que a porta vai estar fechada, então eu já não me coloco, eu mesmas às vezes evito (...) eu não me exponho muito. Em mim é mais como uma barreira que eu já percebo que possa existir, então eu já não me coloco nesse lugar, pra que eu não sofra, pra que eu não passe por certas coisas, eu já evito de, exatamente, de tentar, de buscar (...).

No trecho anterior, pode-se perceber o que Peres (2009) chama de “subjetivação de assujeitamento”. Ou seja, a partir dos processos de estigmatização, com profundas implicações subjetivas, estabelece-se um sistema de desvalorização de si próprio e de

perda da autoestima em decorrência da introjeção dos “jogos de verdade” ao passo que a desqualificação e a exclusão passam a ser vistas como algo inevitável. Assim, nesse modo de subjetivação, as pessoas que são vítimas desse sistema de normatização acabam por perder a força de questionar, de criticar, de ir à luta e de exercer a própria cidadania, tornando-se cada vez mais vulneráveis diante da vida.

Nessa direção, por um lado, as violências, sejam simbólicas ou explícitas, atingem o alvo fisicamente, moralmente e/ou psicologicamente, podendo provocar além de sofrimento, um sentimento de impotência em decorrência das constantes violências sofridas em diferentes níveis, resultando na perda de consciência sobre seus próprios direitos (Peres, 2004). Por outro lado, observa-se que os processos de estigmatização podem promover não só assujeitamentos, como também resistências. No grupo focal de pessoas trans, foi possível notar uma polaridade quanto às estratégias de enfrentamento individuais decorrentes, principalmente, das histórias de vida de cada um/a, como relatado a seguir.

Gisberta: O enfrentamento verbal com a sociedade não é legal. Eu sei que é difícil, mas o diferente, ele desperta curiosidade. Então assim, se você tem uma postura bacana diante das pessoas ignorantes, ali vai começar a fluir diferente. As pessoas vão notar que você não é o que muita gente tá dizendo não. Pelo contrário. Uma mulher linda, comportada, se veste bem, fala bem (...). Já enfrentei bandidos armados porque eles achavam, na mente deles, que a gente era debochada, que quer tomar área de tráfico. E não é bem assim (...) a minha família é toda religiosa, enfrentei eles assim... só pisando em ovos. Às vezes eu olhava pro céu e me via sozinha, mas enfrentei (...) Eu acho assim, a gente tem que exigir deles? Tem. Mas eles são ignorantes, tem muita gente ignorante que

não sabe. Lá atrás vieram construindo uma imagem aterrorizante da gente. Que a gente anda com faca, que a gente anda armada... e a gente precisa entendê-los também. E nosso comportamento pode educá-los. Uma roupa bem adequada, uma maneira certinha de falar. Eu sei que é difícil, mas pela nossa vida, pelo nosso sorriso, pelo sorriso da nossa mãe, vale a pena. Vale a pena. Eu tô cansada de ver mãe de travesti vindo do Nordeste, vindo do Acre, pra poder pegar o corpo aqui e levar. Cansada! Eu não aguento mais olhar no noticiário, quando a pessoa coloca no grupo eu já fico... Já chega, vamo fazer o seguinte, não vamo enfrentar não (...). Pela nossa vida, vamos passar dos 35 anos? Bora? Vamo fazer palestras, vamos educá-los. Eles são ignorantes, não é culpa deles.

Foucault (citado por Peres, 2009), defende uma teoria sobre o poder não centralizado, mas presente em todas as relações de modo que essas são sustentadas por dispositivos de saber/poder estabelecendo normas, disciplinas e controle pela regulação dos corpos de modo a manter a ordem. Assim, dá-se a produção de subjetivações normatizadas que excluem e punem toda expressão de existência que fuja aos modelos pré-estabelecidos, promovendo, cotidianamente, práticas de exclusão e de opressão.

Ainda, cabe ressaltar que as divergências emergentes no grupo focal realizado com pessoas trans destacam as transexualidades e travestilidades de maneira plural diante de modos de existências diversos e singulares que não devem ser reduzidos a uma categoria fixa “trans”. Como mencionado por Peres (2004, p. 117), “não podemos perder de vista que existem diferentes formas de sermos gays, lésbicas, travestis ou transexuais, marcando especificidades e necessidades que precisam ser consideradas”.

Nesse sentido, evidencia-se o pertencimento étnico-racial enquanto um marcador social importante e necessário para a compreensão de diversas vivências, violências e vulnerabilidades associadas à negritude, como destacado por Thadeu:

Como que da noite pro dia eu me tornei uma mulher negra possivelmente vítima de um estupro, pra um cara negro estuprador (...). Tipo, a linha é tão tênue (...). Essa semana eu tava até observando isso melhor assim, no ônibus. Quando eu sento em um lugar que tá vazio, aquele lugar fica vazio até... Ele é a última opção. Bem a última da última mesmo (...). E principalmente pra mulheres né. Eu fico tipo olhando assim. E aí tem outros caras brancos, aí as meninas vão e sentam sabe, perto. Mas o cara negro, não. Até a escadinha é melhor do que ficar perto de mim (...). Porque, tipo, a partir do momento que é um homem trans negro, aí algumas mulheres cis que não conhecem essa pessoa trans, elas acham que eu sou gay né, enfim, mas quando não acham elas ficam tipo assim... aquele fetiche do homem negro (...). E eu vejo até outras pessoas também, tipo, me tratando como se eu fosse o ativo, né. O ativão. O que vai pegar todo mundo. Só que não é assim, né (...). Aí eu fico naquela coisa de toda a questão de ser um homem negro, da questão de ter que ser ativo, tem que ser sempre o cara mais forte e tem todo esse padrão de macho né na sociedade, que às vezes eu até tento pra me proteger também (...). Por que às vezes eu já tenho que pôr o machão, mas também essa questão de você ser o macho heterossexual, forte, viril, ativo, isso me incomoda bastante e às vezes eu até sofro um pouco por causa disso.

As noções tradicionais, histórica e culturalmente construídas, acerca do que é ser homem e do que é ser mulher são associadas a um conjunto de ideias, comportamentos e papéis sociais rígidos e inatingíveis. A identidade masculina, por exemplo, é relacionada à virilidade, à força, ao poder e à uma série de proibições como “não ter medo, não chorar, não demonstrar sentimentos, arriscar-se diante do perigo, demonstrar coragem, ser ativo” (Souza, 2005, p. 60).

Além disso, destaca-se, além do gênero, o marcador social de raça como uma outra expressão identitária que é instituída mediante relações de poder e estereótipos difundidos no cotidiano. Hirata (2014) destaca o aspecto da interseccionalidade para a compreensão dos múltiplos posicionamentos identitários. Nesse sentido, o trecho apresentado anteriormente demonstra uma convergência de marcadores sociais que, quanto mais vulneráveis socialmente em relação ao espaço de poder ocupado socialmente, maior a opressão.

Nessa lógica, Parker (citado por Franco & Cicillini, 2015) descreve esse fenômeno como “sinergia de vulnerabilidades”, ao identificar as diversas formas de opressão, de exclusão, de segregação e de violência direcionadas as pessoas transexuais e travestis. Dessa maneira, a ausência de ações de enfrentamento aos estigmas, preconceitos e práticas discriminatórias, bem como de políticas públicas, acabam por fortalecer essa “rede de exclusão” em torno das pessoas trans, de modo que necessidades básicas, como acesso aos estudos e serviços de saúde, habitação e segurança não sejam atendidas (Junqueira, 2009).

Nessa direção, conforme relatado por Thadeu, mecanismos de defesa podem ser acionados como uma forma de “tornar-se menos vulnerável”. Esse fenômeno foi abordado no grupo focal, sendo reconhecido como “passabilidade”. Segundo Duque (2013), esse termo refere-se à capacidade de “passar por”, ou seja, de passar uma imagem como se você pertencesse àquele grupo, e não a outro. Conforme já elucidado anteriormente, para a pessoa homossexual é possível construir estratégias de aceitação para a eliminação ou a redução de atitudes que o identifiquem como homossexual, como “não dar pinta” (Bento, 2017). Ou seja, uma estratégia que reflete o fenômeno da passabilidade.

Entretanto, para as pessoas trans não é tão simples assim, visto que as diferenças estão expostas nos próprios corpos, principalmente em relação às travestis e às mulheres trans. De acordo com a pesquisa teórica e com o que foi discutido no grupo focal, elas são as maiores vítimas da violência transfóbica e, um dos argumentos expostos para tal fato, é a questão da maior passabilidade para os homens trans, de forma que as mulheres trans e travestis são “reconhecidas” mais facilmente como pessoas trans nas interações cotidianas.

Além disso, um outro ponto abordado tanto no grupo focal com pessoas trans, quanto nas entrevistas com psicólogos/as, a maior vulnerabilidade de mulheres trans e travestis deve-se ao que foi destacado anteriormente na fundamentação teórica. Nesse sentido, conforme discutido por Bento (2017), no caso das mulheres trans a situação de violência é ainda pior, pois ela rompe, ao mesmo tempo, com duas estruturas muito enraizadas e hierarquizadas histórica e socialmente: a suposta determinação biológica da identidade de gênero e a identificação com o que é desvalorizado socialmente: o feminino.

Nesse sentido, Peres (2009), destaca o processo de estigmatização, discriminação e exclusão que terá variações de intensidade de acordo com os marcadores identitários e de visibilidade de uma pessoa do segmento T: “uma TTT rica será menos discriminada do que uma TTT pobre; uma TTT branca menos que uma TTT negra; uma TTT ‘mais discreta/educada’, menos que uma TTT ‘mais barraqueira’; uma transexual ‘educada e feminina’, menos que uma transexual ‘perua’ (...)” (Peres, 2009, p. 260).

Ainda, como já mencionado, pode-se perceber que as rupturas com as normas de gênero provocam, no meio social, uma falta de inteligibilidade e de subsídios conceituais, linguísticos e psicológicos que deem sentido à existência das pessoas trans

(Bento, 2017). Dessa maneira, como ressaltado por Coelho e Sampaio (2014), evoca-se um sentimento de estranhamento que acaba por fomentar práticas discriminatórias como forma de estabelecer a “ordem” perante aqueles/as que desviam e transgridem as rígidas fronteiras do gênero. Muitas vezes, essas práticas discriminatórias de cunho transfóbico podem ser expressas em diversos níveis de agressão, desde um olhar, que pode ser extremamente cruel, até ações explícitas de violência física, como relatado na fala a seguir.

Gisberta: A hora ia passando, chegava a hora do ônibus e eu tinha que passar ali em frente (...). Aí começava a me chamar de Pablo, dizia que eu era namorada do caixa (...) aí começava “ó tua namorada aí”. E eu calada. “Olha tua namorada passando aí de novo. Ei, fulano!”. Passei e jogaram uma piadinha. E eu peguei e voltei “porque que toda vez que eu passo aqui você fica jogando piadinha em mim?”. “Eu jogo piadinha quantas vezes eu quiser, seu viado!”. E eu falei “ah é?” Cuspi bem na cara dele. Foi a maneira que eu tive de reagir. Foi espontâneo. Foi aquela hora que eu falei: ou é agora ou é nunca. Esse negócio tem que acabar, chega! “Ah eu vou aí te bater”. Pois venha, venha. Nós vamo acabar com isso aqui agora. Eu perdi mesmo assim... as estribeiras. Meu psicológico tava sangrando já. (...) Me deu um soco e eu caí. Quando eu caí ele grudou no meu cabelo e aí pronto. Ali eu já perdi já, não vi mais quem tava em cima (...). Eu ouvi muita gritaria, muita gritaria “Bate nesse viado! ”.

Pode-se relacionar esse fato explicitamente violento ao processo de desumanização pautado em ações de punição contra aqueles/as que transgridem os sistemas normativos (Dornelles, 1988, citado em Cassal, Garcia & Bicalho, 2011).

Quando há a transgressão das fronteiras por indivíduos que não se adequam aos rígidos limites socialmente estabelecidos, emergem ações discriminatórias pautadas na violência e na intolerância como forma de manter o respeito às hierarquias e às desigualdades historicamente impostas (Madureira & Branco, 2012). O trecho exposto anteriormente exemplifica claramente a transfobia conforme descrita por Peres (2009, p. 245): medo, nojo e vergonha de se relacionar com travestis, transexuais e transgêneros.

Finalizo essa categoria analítica com um pedido que me tocou profundamente, de uma das participantes trans ao final do grupo focal:

Gisberta: Eu quero que você leve... eu vim fazendo essa pergunta no ônibus, no caminho inteiro. Pergunte pro seu grupo de estudos... se nós desaparecêssemos do mundo, de Brasília, do Brasil, os problemas estariam encerrados? As violências estariam acabadas? Era isso que eu queria fazer pro seu grupo. Assim, eu estou memorizando eles aqui na minha frente, os ignorantes, os super sábios, os religiosos, quem tiver lá. Queria que você levasse essa pergunta, que você me representasse na frente deles. Se nós desaparecêssemos, as pessoas trans sumissem da Terra, que é o desejo de muita gente que a gente desaparecesse, os problemas do Brasil estariam acabados? Os problemas sociais estariam acabados? Você pode fazer isso por mim?

6.2 Atuação em Psicologia: Pela Despatologização das Identidades Trans

“Me lembrando agora de uma fala de uma pessoa que eu atendi, uma mulher trans, que ela se sentia passando a vida lutando pelo básico para se constituir e sendo tratada como doente, quando doente é a sociedade né”. (Pedro)

Na categoria analítica anterior, pôde-se analisar as diferentes formas de violências direcionadas às pessoas trans a partir das suas vivências cotidianas. Ainda, no contexto de atuação profissional das/o psicólogas/o participantes da pesquisa, foram mencionadas situações de violência relatadas por pacientes transexuais e travestis, conforme ilustrado no exemplo a seguir:

Jaqueline: Uma paciente trans adolescente que a primeira vez que viveu uma violência foi porque colocou uma meia das meninas superpoderosas pra ir pro colégio. Uma meia! Uma meia provocou uma violência. É surreal entrar em contato com esses temas. Mais estruturalmente, você tem pessoas que já foram estupradas, que sofreram essas violências dentro de casa, fora de casa, múltiplas violências, múltiplas exclusões.

A situação descrita anteriormente, na qual “uma meia provocou uma violência”, está intimamente relacionada à discussão realizada anteriormente por Bento (2008) em relação à inscrição dos corpos em um campo discursivo que produz as normas de gênero. De forma análoga, podemos realizar o seguinte questionamento: como é possível afirmar que todas as crianças que nascem com pênis gostam de desenhos de luta, por exemplo, e não se identifiquem com o desenho das meninas superpoderosas? Ou seja, “o original já nasce ‘contaminado’ pela cultura. Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo” (Bento, 2008, pp. 33-35). Nesse sentido, o órgão genital não determina os modos de ser, agir e estar no mundo.

Além disso, foram relatados indícios de violência contra pessoas trans no âmbito da atuação profissional de psicólogos/as, como ilustrado no trecho a seguir:

Jaqueline: Eu tenho o contato de uma colega travesti que passou por 26 psicólogos até encontrar a atual psicóloga dela. Então esse é o cenário que a gente vislumbra. Quem é que tem paciência de passar por 26 profissionais até falar “não, essa pessoa aqui vai me acolher”. Sabe? Já basta toda resiliência toda a resistência que tem que ter para aguentar um tanto de coisa, quando vai buscar uma ajuda, um acolhimento, tem que esbarrar com a violência lá de novo. É um grande desafio, um desafio diário, coisas que a gente não encontra em livros.

Esse exemplo ilustra o quanto a ciência psicológica ainda se encontra, muitas vezes, imersa em práticas historicamente normatizadoras e patologizantes. Conforme ressaltado por Foucault (1982, citado por Ferrazza, 2016), a Psicologia desde a sua criação esteve pautada em práticas normativas com o intuito de “ajustar” os indivíduos quanto aos seus comportamentos e atitudes tidas como inadequadas para o convívio tendo em vista as normas e os padrões sociais ancorados no sistema binário de gênero. Dessa maneira, a fala da Jaqueline vai ao encontro do argumento desenvolvido por Nardi e Silva (2014) na fundamentação teórica, no qual o surgimento da Psicologia, enquanto, ciência, instaurou um assujeitamento do próprio indivíduo e também do contexto social.

Nesse sentido, as práticas da Psicologia no contexto social das políticas públicas têm exigido uma atuação profissional um tanto quanto distante da formação, a qual ainda é muito pautada no modelo clínico tradicional e individualista (Dimenstein & Macedo, 2012, citados por Ferrazza, 2016). Ainda, foi possível perceber, a partir da realidade profissional das/o participantes, que a distância da atuação do psicólogo em relação à sua formação acadêmica está presente não só no contexto social em um

sentido mais amplo, como também no contexto da clínica, como ilustra o relato a seguir:

Jaqueline: A complexidade de você atuar na clínica psicológica, em casos com pessoas LGBT do segmento T, é de que a gente não pode reduzir, de repente, aquela violência estrutural a um problema de baixa autoestima, por exemplo. Você vê às vezes uma pessoa muito insegura, muitas falhas estruturais no seu processo de desenvolvimento em função da sua trajetória, e não é simples né, você nomear aquele processo sócio-histórico-cultural e individualizar uma pessoa que até hoje não consegue “sair do armário”, mesmo que seja uma pessoa trans já, “não vou ter mais emprego, minha família vai me rejeitar, eu não tenho coragem, não tenho coragem, não tenho coragem” (...). É um desafio porque em muitos outros contextos a gente poderia ler aquilo como uma certa paranoia, um discurso mais delirante, mas não. Eu to vendo no noticiário uma notícia bizarra, alguma violência (...). A maioria dos profissionais nem sequer saber a diferença de identidade de gênero e orientação sexual (...) ou não reconhece o mínimo para tratar a pessoa pelo nome social ou pelo gênero que ela se apresenta.

Nessa direção, Junqueira (2010) ressalta que reduzir as transgeneridades e as homossexualidades a uma questão médica ou psicológica é uma forma de impedir e despolitizar as identidades sexuais e de gênero, ao negá-las e desconsiderá-las como questões no âmbito dos direitos humanos. Ao encontro da discussão desenvolvida por Bento (2017), a possibilidade de reivindicar direitos humanos acaba ficando restrita a grupos de pessoas que se aproximam dos modelos tradicionais hierárquicos

estabelecidos. Assim, conforme elucidado por Carvalho (2014, p. 243), “o não reconhecimento social significa a não garantia de certos direitos”.

Apesar do exposto anteriormente acerca da formação em Psicologia e dos impasses que dificultam uma atuação ética, política e social do/a psicólogo/a, principalmente no que se refere ao contexto das pessoas trans, foi possível identificar algumas maneiras e estratégias de intervenção que têm sido utilizadas, a fim de auxiliar no empoderamento de transexuais e travestis, como mostra o exemplo abaixo:

Jaqueline: A paciente que nunca teve coragem de “se montar” lá fora mas que tem isso cada vez mais forte dentro dela, é mais velha, nunca “saiu do armário”, não tem coragem... de repente eu monto um setting terapêutico, ela entra, ela se monta aqui, eu fico lá fora esperando dar o horário, entro, porque só aqui ela pode ser isso, para ter um momento de expressão disso. Aonde, em que setting psicanalítico, em que outro tipo de setting (...) que setting suporta essas transformações? Mínimas intervenções mesmo. Eu não consegui ter uma formação minimamente preparada. Que cursos de especialização que tem? Não tem, não tô sabendo.

Assim, o âmbito social de atuação dos/as psicólogos/as, seja no contexto das políticas públicas ou no contexto de uma clínica ampliada, revela uma ambivalência em relação à prática da Psicologia enquanto ciência e profissão. Por um lado, revela-se comprometida com a normatização, a adaptação, a “adequação” (como o exemplo da travesti que precisou passar por 26 psicólogos/as). Por outro, revela tentativas de criar espaços de atuação que promovam formas de expressão questionadoras, inovadoras, que possibilitem superar as condições sociais que dificultam o desenvolvimento dos

sujeitos; além de intervenções e práticas que possam compreender o momento histórico presente (Gonçalves, 2010). Pode-se compreender esse fenômeno como um processo de transformação da ciência psicológica em prol de uma Psicologia comprometida ética e socialmente, principalmente no que se refere à despatologização dos indivíduos, como elucidado a seguir:

Tatiana: O que a gente pode fazer é procurar não patologizar essa pessoa. Não colocar “Ah é porque ela é síndrome disso aqui, ela na verdade é um complexo de Édipo não bem feito”, enfim, colocá-la em teorias da Psicologia que vão só influenciar e repetir violências né. Vamos entender esse indivíduo que tá aqui na minha frente e as questões que ele tá me falando? Por que não posso se eu faço isso com pessoas cis?

Atualmente, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) têm atuado e colocado em discussão a questão da despatologização das identidades trans, como estabelecido na Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2018, a qual estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Logo no artigo 1º, a Resolução em questão estabelece que “as psicólogas e os psicólogos, em sua prática profissional, atuarão segundo os princípios éticos da profissão, contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão voltada à eliminação da transfobia e do preconceito em relação às pessoas transexuais e travestis” (Resolução CFP nº 1, de 29 de janeiro de 2018, p. 3). Ainda, o artigo 7º estabelece que:

As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização das pessoas transexuais e travestis.

Parágrafo único: As psicólogas e os psicólogos, na sua prática profissional, reconhecerão e legitimarão a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis em relação às suas identidades de gênero (Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2018, art. 7º, p. 4).

Apesar disso, manuais diagnósticos que patologizam as transexualidades e travestilidades, ainda são utilizados por profissionais de diversas áreas, e, no âmbito da Psicologia, são utilizados principalmente para avaliações psicológicas. No Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), são dispostos critérios para diagnosticar o que chama de ‘disforia de gênero’. Além do DSM, a Classificação Internacional de Doenças (CID 10), define os seguintes códigos e categorias: F64.0 - Transexualismo, F64.1 - Travestismo bivalente, F64.2, F65.1 - Travestismo fetichista, além de F64.2 - Transtorno de identidade sexual na infância e F64.8 - outros transtornos da identidade sexual.

Nesse sentido, o participante P2 relata práticas presenciadas no contexto de trabalho que vão ao encontro do que é disposto nos documentos diagnósticos e de encontro ao que é estabelecido pela Resolução do CFP mencionada anteriormente, como, por exemplo:

Pedro: (...) diante dessa coragem de ser né, diante dessa força de ser, que não deixa de ser e que é totalmente necessária, e isso é muito fácil de compreender né. A pessoa não inicia uma transição se não for totalmente necessário, e que cabe muito menos aos profissionais avaliarem se aquela pessoa é ou não é transexual, isso é tão secundário na prática aqui (...). Como eu já cheguei a ouvir de colegas psicólogos em relatórios “tal pessoa é candidata a

transexual”. Então assim... o que que é isso né? É uma eleição? Quem é que vai decidir sobre isso? Então o fenômeno da transfobia parece que começa nessa mediocridade básica da normalidade frente à coragem de ser.

Nesse sentido, Bento (2008, p. 19) destaca que “definir a pessoa transexual como doente é aprisioná-lo, fixá-lo em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para seus conflitos, perspectiva divergente daqueles que a interpretam como uma experiência identitária.” Ainda, destaca que o único caminho que orienta as instituições e/ou profissionais a definir o que é um/a transexual “de verdade”, são as próprias convenções sociais e normativas que estabelecem o que seja um homem e uma mulher “de verdade”. Entretanto, as tentativas de se diagnosticar um/a pessoa trans “de verdade” não suporta a multiplicidade de vivências e experiências identitárias, como relatado no trecho a seguir:

Jaqueline: Os nossos manuais estão aí inclusive para propagar o que é o transexual, do sujeito ser obrigado, dessas pessoas serem obrigadas a, para poderem ser reconhecidas, se ajustarem a um modelo de transexualidade, do que é tido como transexual dos manuais. Você acha que esses manuais suportam uma pessoa trans que não tem o desejo de fazer a transgenitalização, ou que esteja ok, ou que não tenha um histórico de ódio com seus órgãos genitais? Cria-se um imaginário, uma grande fantasia: “ok, para suportar e caber dentro dos manuais diagnósticos, a gente vai continuar mantendo o modelo heteronormativo, cisgênero, assim, binário, e não suporta qualquer outra coisa”. E a realidade das pessoas trans, travestis, essas afirmações identitárias, é muito maior do que isso né. De não ambivalência, de pessoas que dizem

assim: “eu não faço questão nenhuma de passar por uma intervenção cirúrgica, por um processo doloroso, ou, eu não quero, não faço questão, não tem dinheiro...”. Enfim, múltiplas narrativas. E aí o reconhecimento da identidade de gênero dessas pessoas, da dignidade da pessoa humana... tem uma série de violações de direitos. Não pode se autodeterminar em relação a sua identidade de gênero. É muito triste. A nossa ciência, historicamente, ela está a serviço do processo de normatização das pessoas, né.

Em consonância com o ressaltado por Bento (2008), têm-se que esses documentos diagnósticos partem do princípio de que a transgeneridade, por ser compreendida como uma doença, tem os mesmos “sintomas” em todas as partes do mundo para aqueles/as que vivenciam essa identidade. Desse modo, as performatividades de gênero que não se encaixam na lógica linear de sexo e gênero (vagina-mulher-feminino/pênis – homem – masculino) e, ainda, na pressuposição da heterossexualidade; “são postas a margens e analisadas como identidades transtornadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, coisas esquisitas” (Bento, 2008, p. 45).

Apesar disso, algumas ações no âmbito da Psicologia, tanto por parte do Conselho Federal, como também pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP) 01 do Distrito Federal, têm sido feitas em prol da emancipação de pessoas trans e no combate à transfobia. Nesse sentido, a participante Jaqueline destacou que a comissão LGBT do CRP 01/DF, por exemplo, tem atuado ativamente a favor da despatologização das identidades trans, através de ações como:

a) participação de discussões e debates em relação às resoluções do CFP;

b) realização de oficinas, palestras e mini-cursos nos cursos de Psicologia de faculdades do Distrito Federal abordando temáticas voltadas à atuação profissional no âmbito da população LGBT como um todo;

c) elaboração de projetos para fomentar a inserção de pessoas trans no ensino superior;

d) acolhimento de denúncias em relação às práticas de profissionais psicólogos que não estejam sendo pautadas na ética e no respeito à autodeterminação da identidade sexual e de gênero e;

e) orientação de profissionais que solicitam ajuda para lidar com casos no âmbito da prática voltada para pessoas LGBT's e, principalmente, do seguimento T.

Tendo em vista os argumentos mencionados, resgato aqui o que foi destacado anteriormente a respeito da importância fundamental de pautar a intervenção e atuação psicológica como uma ação política. É fundamental que a Psicologia tenha uma visão contextualizada e conectada com a realidade social, a fim de atuar não só politicamente em prol do indivíduo, como também eticamente, não sendo conivente com qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, conforme estabelecido no artigo 2º do Código de Ética do Psicólogo (Rossato, 2011).

6.3 Mecanismos Sociais e Psicológicos que Sustentam a Transfobia

“Porque que eu provocaria tanto ódio em alguém que não possa simplesmente conviver com aquilo, com a diferença? ”

(Jaqueline)

Inicialmente, cabe ressaltar que, no intuito de investigar, além dos mecanismos sociais, também os mecanismos psicológicos que sustentam a transfobia a partir da compreensão sobre o fenômeno da violência e, ainda, em virtude da afinidade e

contribuições dos/as participantes psicólogos/as em relação à teoria psicanalítica, foram utilizados alguns conceitos teóricos dessa abordagem a fim de elucidar possíveis articulações para a compreensão do fenômeno em questão. Todavia, ressalta-se que o estudo está ancorado teoricamente nas bases da Psicologia Cultural, bem como nos estudos interdisciplinares de gênero, como já indicado no início desse trabalho.

Ainda que essas abordagens tenham pressupostos epistemológicos diferentes entre si, foi possível identificar, tanto na pesquisa bibliográfica realizada, quanto na pesquisa de campo, pontos de discussão próximos apesar dos distintos tipos de enfoque e de nomenclaturas utilizados por cada uma delas. Inicialmente, partiremos de um dos pilares da teoria freudiana acerca do funcionamento do aparelho psíquico a fim de tentar compreender uma das bases da violência contra pessoas transexuais e travestis.

Na obra “O prazer de ler Freud”, Nasio (1999) apresenta os aspectos básicos da teoria freudiana, os quais iremos utilizar para estabelecer relações entre o funcionamento psicológico e o contexto social no que tange ao fenômeno da violência. Um dos pressupostos dessa teoria refere-se à função do aparelho psíquico de estabelecer o equilíbrio (homeostase) pela redução da tensão recebida e pela descarga de energia em buscar do prazer, sendo este compreendido em um sentido amplo como bem-estar e/ou satisfação. Nessa direção, um dos mecanismos utilizados para estabelecer a homeostase psíquica foi denominado por Freud como *princípio do prazer-desprazer*, como ilustrado na figura a seguir.

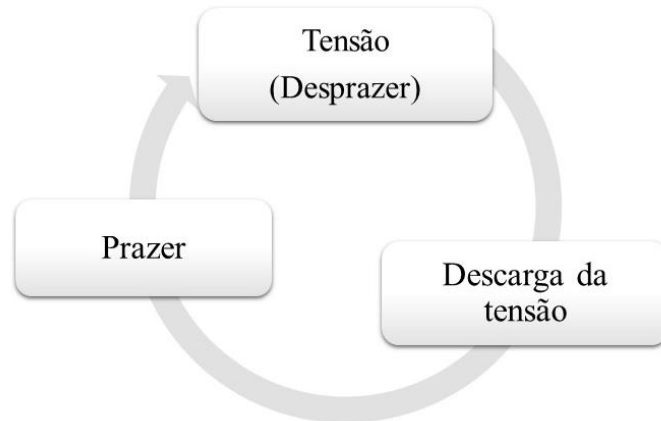


Figura 1. Princípio do prazer-desprazer.

Entretanto, o psiquismo mantém-se em constante tensão, pois ela nunca desaparece totalmente, ou seja, o prazer absoluto nunca é atingido, pois a descarga de tensão é sempre parcial (talvez essa seja uma das explicações para a constante insatisfação humana). Sendo assim, uma das características do funcionamento psíquico, segundo a teoria psicanalítica freudiana, é o chamado esquema do arco reflexo, adaptado da teoria neurofisiológica. Nesse esquema, o aparelho psíquico é imaginado em dois polos: de um lado a extremidade sensitiva e, no outro, a extremidade motora (Nasio, 1999), como mostra a figura a seguir.

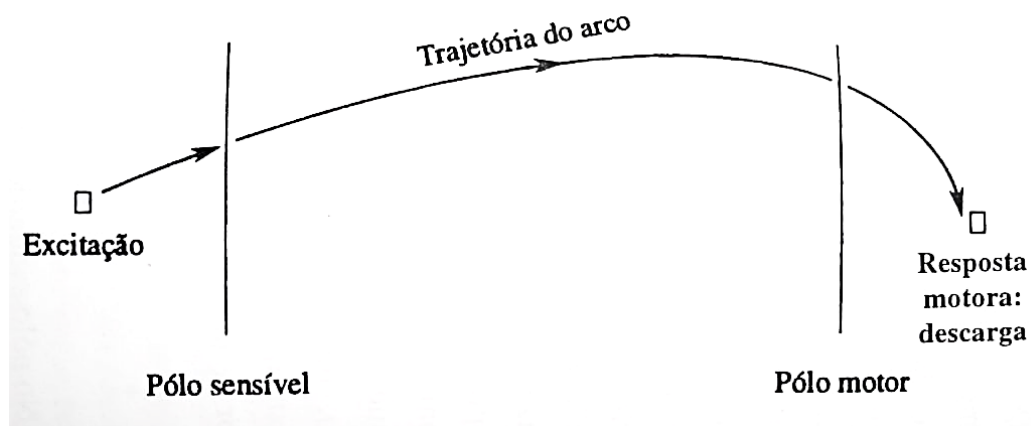


Figura 2. Esquema do arco reflexo.

Nesse esquema, o polo sensível é responsável por receber a excitação, ou seja, o estímulo externo. Ao receber esse estímulo, é acionada uma resposta motora que, por meio da ação, libera a energia recebida como forma de reduzir a tensão provocada entre as duas extremidades e atingir o prazer (Nasio, 1999).

Aqui, podemos estabelecer uma relação com o fenômeno da violência e a discussão desenvolvida na fundamentação teórica, principalmente na terceira seção teórica intitulada “desumanização e violência: o império da lei do binarismo de gênero”. Pressupõe-se que, entre o estímulo percebido e a ação, há uma espécie de barreira responsável por mediar o nível de resposta da ação a partir da energia tensional recebida. Sendo assim, entende-se que as normas sociais e culturais têm um papel essencial nessa mediação, como, por exemplos, as leis; de forma a estabelecer limites quanto à ação e os sentimentos individuais gerados pelo estímulo externo. Nessa direção, podemos adotar como exemplo o pensamento fascista (Tiburi, 2017), como um dos tipos de respostas e modo de agir frente ao estímulo ameaçador percebido.

No que tange mais especificamente à violência transfóbica, pode-se compreender que as normas sociais e culturais pautadas no binarismo de gênero acabam por legitimar que a violência seja exercida de forma absolutamente bárbara, por expressões de ódio. Assim, os tipos de crimes cometidos contra pessoas trans, como já explicitado anteriormente, são majoritariamente caracterizados com níveis de crueldade em que a morte, por si só, parece não ser suficiente para encerrar o ato.

Nesse sentido, apropriando-se da contribuição psicanalítica, a eliminação da tensão e dos sentimentos provocados por aquela pessoa que ameaça a sua identidade parecem, de fato, não serem totalmente liberadas ainda que após práticas de tortura ou até mesmo da morte propriamente dita, as violências continuam. Cabe aqui retomar parte do trecho apresentado anteriormente por Bento (2008, p. 49): “Daí eliminá-la

obsessivamente pelos insultos, leis, castigos, no assassinato ritualizado de uma transexual que precisa morrer cem vezes na ponta afiada de uma faca que se nega a parar mesmo diante do corpo moribundo”.

Os argumentos mencionados vão ao encontro do que a participante Jaqueline relata, conforme exemplificado pelo trecho a seguir.

Jaqueline: Existe uma formação cultural, um discurso que pressupõe uma natureza humana e que ordena que essa natureza esteja associada ao biológico. É uma construção que não suporta essas outras possibilidades de existência (...). Agora, buscar as raízes de por que isso chega ao ponto de ser tão insuportável para o outro precisar eliminar aquela existência né, e eliminar com requintes de crueldade, com crimes de ódio.

Além disso, Nasio (1999), utilizando-se da teoria freudiana, destaca que existem diferentes tipos de descargas proporcionadoras de prazer e, então, duas formas de satisfações pulsionais: uma hipoteticamente total e outra parcial. Na satisfação aparentemente total, tem-se um alívio imediato idealizada como absoluta e com um aspecto excessivamente destrutivo. Já na satisfação parcial, tem-se uma descarga moderada e tolerável para o Eu.

Aqui, podemos compreender a transfobia a partir dos diferentes tipos de violência relacionados às formas de descargas tensionais. Pode-se compreender, por exemplo, a violência explícita física e o assassinato como uma descarga hipoteticamente total da ameaça e do que é sentido pela pessoa transfóbica ao entrar em contato com uma pessoa trans. Já a chacota, a ridicularização, a exclusão, o não tratamento pelo nome social e a tentativa de impedir o uso do banheiro adequado ao gênero, são

exemplos de violências veladas que podem traduzir formas de descargas parciais da tensão gerada.

Entretanto, Nasio (1999) ressalta que a satisfação parcial não é necessariamente uma sensação agradável de prazer. Muitas vezes, essa satisfação pode ser experimentada pela pessoa de maneira paradoxal, ou seja, também como um desprazer ou como um sofrimento suportado decorrente de conflitos afetivos. Tem-se aqui uma das explicações possíveis para a pergunta de pesquisa, também de cunho paradoxal, proposta nesse estudo: porque o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo e, por outro lado, é o que mais consome pornografia com este conteúdo?

Por conseguinte, a partir das interpretações feitas por Costa (1984) na obra “Violência e Psicanálise”, é possível estabelecer alguns diálogos a respeito da compreensão sobre o fenômeno da violência, e, mais especificamente, a de cunho transfóbico. Assim, a violência pode ser entendida como um excesso de excitações psíquicas que rompem a barreira protetora do Ego, provocando um desequilíbrio oriundo da desestabilização psíquica por meio da dor, da angústia e/ou do medo.

Entretanto, a expressão da violência não pode ser reduzida a um aspecto quantitativo traduzido em um acúmulo de excitações ou estímulos psíquicos. O cerne da compreensão está na representação do objeto para o qual se direciona a ação violenta. Nesse sentido, “a violência é produzida quando uma representação gera um estímulo cuja amplitude supera a capacidade de absorção do psiquismo” (Costa, 1984, p. 95), na qual o potencial violento varia de acordo com a intensidade afetiva da representação do alvo.

Nesse sentido, pode-se dizer que a representação da pessoa travesti ou transexual para o indivíduo transfóbico está em consonância com a definição apresentada anteriormente por Jesus (2012) a respeito da transfobia. Nela, esse fenômeno revela-se

como a manifestação de violências em diversos níveis, configuradas a partir de uma série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres trans. Essa representação, portanto, é entendida como fruto de representações fixas, estereotipadas e naturalizadas quanto às concepções acerca das performances de gênero.

Pedro: (...) nota-se, evidentemente, antes de mais nada, uma regulação sobre os corpos, sobre as possibilidades de ser, em que as categorias básicas do conhecimento são baseadas em polaridades. Em polaridades diversas não (...) que ao meu ver estaria baseado nessa dicotomia do masculino e feminino, ainda que na natureza os comportamentos de gênero sejam múltiplos.

Ainda, Costa (1984) ressalta que a violência está associada a um desrespeito à lei ou a um contrato onde, numa relação de poder, o mais “forte” exerce seu poder de forma abusiva por meio de um ato violento, arbitrário e gratuito contra o que ocupa o lugar de menor poder na relação. Por outro lado, o sujeito violentado adquire a consciência de que foi submetido a algo absolutamente desnecessário ao seu desenvolvimento e manutenção do seu bem-estar.

Nesse sentido, Costa (1984) afirma que:

A violência é, portanto, um fato da cultura e só existe em relação a uma lei (...).

A representação causal da violência é aquela que infringe este contrato, em extensão e formas diversas. (...). Toda representação violenta exprime, portanto, uma certa relação entre a lei, seu intérprete e o sujeito violentado (Costa, 1984, p. 96).

Em consonância com o que foi discutido anteriormente a partir dos argumentos de Bento (2017), pode-se perceber que as rupturas com as normas de gênero provocam, no meio social, uma falta de inteligibilidade e de subsídios conceituais, linguísticos e psicológicos que deem sentido à existência das pessoas trans. Isso provoca sentimentos não só de estranhamento (Coelho & Sampaio, 2014), como também de insegurança, medo e ódio, o que propulsiona atitudes discriminatórias em prol da tentativa de “reestabelecimento da ordem”.

Nessa direção, Costa (1984, p. 148) destaca que “toda cultura imprime, pela socialização, certos traços de conduta e aspirações em seus membros. Esses traços compõem o Tipo Psicológico Ideal”. Esse “tipo psicológico ideal” está alinhado a um modelo de saúde contrário a um modelo patológico associado à loucura. Em outras palavras, uma pessoa que atende minimamente aos modelos hegemônicos sociais e considerados “adequados” aos papéis sociais de gênero tem sua identidade reconhecida e legitimada; ou seja, é uma pessoa “normal”.

Entretanto, esse mesmo autor psicanalista ressalta que, pelo que denomina “identidade étnica”, ou seja, a identidade decorrente do processo de socialização; independentemente dos seus atributos, não pode ser considerada patológica. Isso porque ela é simplesmente um padrão social que reflete o tipo ideal de conduta psicológica. Sendo assim:

Estar fora ou dentro deste padrão não significa “estar doente” ou “estar sadio”, significa apenas que o sujeito pode ou não adotar o modelo social da conduta psicológica normativa (...). Ou seja, não é o traço étnico em si que é psicopatológico; é o tipo de estratégia empregada pelo sujeito para apropriar-se destes traços que conduz à psicopatologia. (Costa, 1984, p. 148-149).

Desse modo, podemos associar esses diferentes modos de lidar com o padrão normativo ao que Peres (2009) chama de ‘modos de subjetivação’: os normatizadores e os singularizadores. Os primeiros são responsáveis pela manutenção da ordem estabelecida, da moral vigente e do status quo, enquanto os últimos representam forças de resistência em relação ao poder que permitem a expressão da diferença e da singularidade. Assim, de acordo com as identificações estabelecidas quanto aos processos de normatização, as pessoas podem ser mais normatizadas ou mais resistentes a eles.

Nessa direção, um modo de subjetivação normatizador que está associado a um modelo hegemônico central e necessário nesse estudo para a compreensão do fenômeno da transfobia, o qual também perpassa o problema de pesquisa delimitado, é o da masculinidade hegemônica. Conforme ressaltado por Junqueira (2009), a construção da identidade masculina hegemônica é acompanhada pela rejeição da homossexualidade e, não raro, pela homofobia, a partir de discursos como “homem que é homem bate em veado” (Junqueira, 2009, p. 19).

Além disso, a marcação da identidade masculina e heteronormativa é acompanhada pela misoginia, de modo a rejeitar o que é associado ao feminino. Dessa maneira, muitas vezes, “os outros” passam a ser os homens gays e as mulheres. Por conseguinte, os insultos, as piadas machistas, homofóbicas e misóginas aparecem como uma das formas de exercer a masculinidade calcada na figura do “homem de verdade” (Junqueira, 2009). Assim, essa discussão sobre a construção da masculinidade hegemônica é central para a compreensão não só da violência transfóbica, mas também de outras formas de violência presentes na sociedade brasileira, como destacado a seguir.

Jaqueline: Tem muitos elementos que constroem a manutenção inclusive dos dispositivos e tecnologias de gênero. Quem exerce essas violências são geralmente homens, mais um elemento pra chamar atenção. Acho que a construção da masculinidade hegemônica é muito tóxica assim, ela precisa ser trabalhada urgentemente. O Brasil é um dos países que mais mata, é líder no assassinato de travestis e também de feminicídio. Um dos mais. Um ódio generalizado ao que quer que simbolize o feminino e suas formas. A afirmação da potência, da virilidade masculina, enfim... é tudo que tá na beira da afirmação do masculino em oposição ao feminino e que de alguma forma tá contribuindo para essa violência estrutural que existe.

Nesse sentido, Muszkat (2006) analisa, sob as perspectivas psicanalítica e de gênero, o fenômeno da violência associada ao modelo de masculinidade hegemônica. Utilizaremos aqui o conceito adotado por essa autora como ‘modelo de masculinidade hegemônica-homofóbica’:

O padrão de masculinidade denominada hegemônica baseia-se fundamentalmente no modelo patriarcal. Tem como valores: o poder do homem sobre a mulher e crianças e a complementar submissão da mulher a ele, atribuindo lugares de superioridade e inferioridade uns aos outros. Associa virilidade e masculinidade à força física, prontidão sexual, coragem. Este homem é ainda provedor e emocionalmente forte, uma vez que fragilidade é algo associado ao universo feminino. Sendo assim, é necessário afastar-se de qualquer atributo vinculado ao mundo das mulheres, o que os leva a um comportamento homofóbico. O risco de uma aproximação de cunho mais afetivo

com um outro homem pode levá-lo a ser *mal-interpretado* como alguém com pendores homossexuais. Ele é regido por rígidos padrões quanto ao comportamento sexual, em que é *imposta* uma atividade intensa do homem e um recato e timidez da mulher. Ao homem está reservada a esfera do mundo da rua, do público, e à mulher, o mundo da casa, doméstico, privado (Muszkat, 2006, p. 19).

Essa conceituação está ligada ao modo de entendimento de uma das psicólogas participantes da pesquisa em relação à violência transfóbica, conforme ilustrado no trecho que se segue.

Tatiana: *Eu acho que impacta [a violência transfóbica] em questões muito sólidas na cabeça dela que ela não quer repensar e que talvez se repensar o mundo dela quebra (...) ela tem pensamentos muito binários e fixos né a respeito do que é homem e do que a mulher. E talvez uma pessoa trans acabe com essa visão dela, na hora. Eu acho que uma pessoa transfóbica também é uma pessoa misógina, homofóbica, todas essas coisas acabam nessa questão que tá muito intrínseca nela. Acho que é isso impacta nas coisas de fora que ela internalizou total. A sociedade criou essas coisas de padrões né, do que que é homem e a masculinidade e tal, e o que é a mulher, o que é feminilidade (...) e aí a pessoa acha que essa pessoa trans tá estragando isso né. E nunca parou para pensar da onde veio (...) a masculinidade do homem é uma linha que se você pisar um pouquinho fora você deixa de ser homem, né. Bizarramente.*

Ainda, nesse sentido, Muszkat (2006, p. 162) adota a hipótese de que “a violência pode ser uma forma de proteção contra a ameaça do desamparo decorrente da

perda de traços e marcas identitárias da masculinidade”. Ou seja, a manutenção da masculinidade hegemônica-homofóbica, conforme a conceituação adotada no presente trabalho, proporciona uma sensação de segurança quanto à própria identidade. Todavia, quando essa segurança é afetada de alguma forma, como é o caso das identidades trans, a violência é utilizada enquanto forma de autodefesa identitária de modo a evitar o desamparo (entendido aqui como abandono) e sustentar o narcisismo (estruturação da identidade do Eu).

De forma a compreender melhor esse mecanismo de defesa, parte-se de um dos pressupostos da psicanálise que é a noção da constituição do indivíduo a partir da relação e da identificação com o outro, processo pelo qual se constitui a identidade. Assim, o ser humano sem um vínculo inicial ou alguém para cuidar e atender às necessidades básicas, como por exemplo, a mãe ou qualquer pessoa que a represente; fica à mercê do desamparo e da impossibilidade de desenvolvimento. Além disso, a linguagem apresenta-se não só como elemento constitutivo da cultura, como essencial para a constituição do psiquismo humano. Nesse sentido, “a luta contra a ameaça do desamparo e de vivências de fragilidade e impotência equivale, metapsicologicamente falando, à necessidade de manutenção de uma integridade narcísica” (Muszkat, 2006, p. 165).

Nessa direção, a partir das interpretações realizadas por essa autora, relacionamos aqui, nesse estudo, o narcisismo psicanalítico com o modelo de masculinidade hegemônica. Isso porque, entende-se que os padrões ideais de masculinidade difundidos na cultura adquirem uma aderência por parte de muitos homens como uma forma de obtenção de sentido ou de inteligibilidade à sua identidade e ao sentido de sua existência enquanto um “homem de verdade”. Muitas vezes, “abrir mão” desses lugares identitários põe em risco não só a sua identidade masculina, como

também a falta de apoios identitários, ou até mesmo o risco ao desamparo, ao abandono, pela pressuposição da autossuficiência masculina. Aqui, ainda acrescento a cobrança e o rechaço social difundidos por meio de discursos como “seja homem”, “mulherzinha”, como exibido no documentário intitulado “The mask you live in”.¹²

Cabe ressaltar, então, conforme abordado por Muszkat (2006), que essa ideologia hegemônica masculina é difundida e compartilhada não só por muitos homens, como também por muitas mulheres, a partir do aprisionamento de crenças em papéis de gênero pré-determinados e inflexíveis. É algo estruturante da cultura e dos modos de relacionar-se. Em consonância com o abordado, segue o trecho abaixo extraído da fala de uma das participantes da pesquisa:

Jaqueline: Por que tanta cobrança para que os homens não possam ser sensíveis, não chorem, enfim, não posso fracassar, não possam ocupar um lugar de sensibilidade. O preço que nós pagamos assim, essa cobrança (...). Tudo o que eu coloco nesse lugar, simbolicamente, de alguma forma, é insuportável para os homens. Não ser traído, ser colocado em um lugar de inferioridade, não corresponder ao modelo hegemônico do homem machão, abala as estruturas em um nível que você tem essas reações, essa violência toda (...). Definitivamente um processo de formação cultural né.

Além disso, de modo a compreender melhor o problema de pesquisa vinculado ao fenômeno da transfobia, essa psicóloga traz um outro conceito psicanalítico como uma tentativa de compreensão acerca do paradoxo existente entre o excessivo consumo

¹² Documentário lançado em 2015, dirigido por Jennifer Siebel Newsom, o qual aborda como a construção da masculinidade hegemônica afeta psicologicamente crianças, jovens e adultos. Disponível em: www.netflix.com.

de pornografia de conteúdo trans e o alto índice de assassinatos contra essas mesmas pessoas. Assim, ao mesmo tempo em que a participante Jaqueline baseia-se na formação cultural, ela traz uma outra maneira de compreensão, de cunho psicanalítico, que é a formação reativa, a qual é voltada para o desejo. Nessa formação, é possível desfrutar de algo a partir do seu oposto, ou seja, através do ódio, do insulto, da violência física, moral e psicológica, uma pessoa pode utilizar da violência como um meio de entrar em contato com aquilo que deseja. Ela não teria outra forma de desfrutar desse conteúdo, se não por meio do ódio.

Essa tentativa de compreensão acerca do problema de pesquisa vai ao encontro do elucidado pelo psicólogo Pedro, o qual relata que:

Isso tudo tem sutilezas, tem particularidades muito subjetivas né. Então eu tento compreender uma pessoa assim né (...) me fez pensar que após um ato sexual, e isso também eu não quero tornar uma caricatura desse tipo de morte né, transfóbica, mas é como, basicamente pelos relatos, pela própria fala da Rosa [mulher trans participante do vídeo exibido], realmente a mesma pessoa que ofende, que distancia o próprio desejo pela ofensa, pela chacota, é que acaba tendo uma vida dupla. E é nesse sentido que é perversa, que não é inteira e que é reptícia. Em que ela se entrega a essa “sujeira” da vida sexual que é humana, mas sem autorizar-se. E não se autorizando ela expurga o outro tornando o outro abjeto àquilo que é dela (...). Mas o compromisso delas é muito maior com a sociedade do que com elas mesmas (...) a mesma pessoa pode trazer em si esses dois aspectos, de um desprezo pelo próprio desejo.

No ponto de vista das pessoas trans participantes do grupo focal, o qual não se distancia dos argumentados expostos anteriormente, o paradoxo brasileiro que está na

base da transfobia foi resumido em dois aspectos: hipocrisia e ignorância. O primeiro, pode ser associado a um fingimento ou dissimulação frente ao próprio desejo. O outro, relacionado a uma falta de conhecimento que resulta na incompreensão ou, ainda, em uma compreensão distorcida acerca do fenômeno da identidade de gênero e seus desdobramentos.

Portanto, cabe retomar aqui, indiretamente, uma parte da fala do psicólogo Pedro, onde ele relata que uma paciente trans sentia-se passando a vida inteira lutando pelo básico para se constituir e sendo tratada como doente, quando doente é a sociedade, a qual pune a singularidade. Relaciona-se aqui o termo “doente” aos mecanismos cruéis e violentos propulsores de ações discriminatórias e desumanas utilizando-se de normas arbitrárias, fixas e inflexíveis que tentam eliminar diferentes modo de ser às custas de uma suposta identidade, moral e padrões que são inalcançáveis. O preço que se paga é alto e todos/as nós estamos imersos/as, de diferentes formas, nesse modo cultural de funcionamento mórbido e tóxico de se relacionar socialmente e, mais especificamente, de desrespeito à autodeterminação das pessoas travestis e transexuais.

Considerações Finais

Tendo em vista a discussão desenvolvida, as articulações teóricas realizadas, as informações construídas na pesquisa de campo e os objetivos da pesquisa, é possível concluir que o fenômeno da transfobia está ligado a diversas bases históricas, culturais, sociais e psicológicas.

Como bases psicológicas da transfobia a partir das contribuições psicanalíticas, podemos considerar a violência contra pessoas trans como uma forma de autoproteção da identidade do Eu e de evitar o desamparo frente à ameaça da perda de marcas identitárias, sendo a identidade um fator essencial de sustentação do narcisismo. Desse modo, a percepção de ameaça à integridade do Eu, pode desdobrar-se em modos de agir calcados no pensamento fascista, de acordo com o que foi discutido nesse trabalho, de forma a gerar sentimentos de ódio, medo, culpa e/ou desejo.

Ainda, de maneira associada, compreende-se como bases sociais que sustentam a transfobia e que constituem os modos de subjetivação dos indivíduos, a norma binária de gênero, o modelo de masculinidade hegemônica, além da estrutura violenta sobre a qual a sociedade brasileira foi historicamente construída que acabou por naturalizar e legitimar diversas práticas de ódio. Essas práticas normatizadas sustentam, em última instância, estratégias de dominação pautadas nos códigos morais e “científicos” do que é, por exemplo, ser homem e ser mulher (Nardi & Silva, 2014).

Assim, vivemos em uma sociedade estruturalmente violenta, pautada em um modelo de masculinidade hegemônica homofóbico e transfóbico que, nesse sentido, procura afastar, violentar e eliminar identidades consideradas “transgressoras” a partir de uma dificuldade profunda de reconhecer e legitimar identidades que fogem às

normas binárias de gênero. Com isso, é possível constatar a fragilidade dessas regras morais e a impossibilidade humana de seguir a linearidade suposta.

Atualmente, percebe-se que essas rígidas e inflexíveis referências acerca dos gêneros estão perdendo o sentido, “tendo seus contornos borrados e seus significados desmanchados. Os gêneros estão em chamas. Uma confusão nos códigos de inteligibilidade começa a ser estabelecida e a levar muitas pessoas a questionarem: o que é ser homem? O que é ser mulher?” (Peres, 2009, p. 260).

Nesse sentido, conforme ressaltado por Nardi e Silva (2014), uma possibilidade de transformação está no estranhamento e na desnaturalização das verdades que nos constituem. Aqui, tem-se os contextos educativos como estratégias essenciais. Ainda, tendo em vista a extrema situação de vulnerabilidade de pessoas travestis e transexuais em nosso país, faz-se necessário e urgente a criminalização da transfobia, bem como formulação de políticas públicas que possam, minimamente, garantir os direitos básicos dessa população, de acesso à educação básica e superior, ao mercado de trabalho formal, à saúde e, principalmente, à vida.

Quanto ao enfrentamento da transfobia, acredita-se que uma estratégia possível seja, como ressaltado por Peres (2009), a flexibilização dos saberes que nos constituem, a fim de direcionar nossa atenção e solidariedade para pessoas transexuais e travestis e propiciar uma efetiva inclusão dessas pessoas que são postas às margens da sociedade. É necessário um processo de abertura, de respeito e de diálogo para com as diferenças, de modo a reconhecer os diferentes modos de ser, ainda que não estejam alinhados às nossas crenças e valores. Ainda, como ressaltado por Peres (2009), defende-se que:

A dimensão da multiplicidade mostra que em cada situação relacional nos expressamos de formas diferentes, variando de grupo para grupo, de pessoa para

pessoa, marcando a necessidade de uma ampliação de nossos universos de referências para que possamos ser mais respeitosos com as expressões das diferenças. Isto exige um trabalho pessoal de aproximação e diálogos com pessoas, valores e espaços que diferem de nós mesmos, de modo a diminuir as nossas ignorâncias e a produzir novos “modos de existencialização” em que a vida possa ser tomada como valor maior (Peres, 2009, p. 237).

Nessa direção, considera-se que uma das formas possíveis de aproximação e de estabelecimento de diálogos com a temática da transfobia e da transgeneridade seja a realização de mais pesquisas acadêmicas, especialmente no campo da Psicologia. O tema em questão ainda precisa ser melhor compreendido e de maneira mais aprofundada. Sugere-se, ainda, futuras investigações a respeito de aspectos relevantes para a visibilidade do tema, como por exemplo, pesquisas voltadas para a área de políticas públicas, acesso à saúde e educação, atenção à saúde mental de pessoas travestis e transexuais, bem como pesquisas no âmbito da formação em Psicologia.

Além disso, no que tange ao enfrentamento da violência contra pessoas trans, acredita-se que uma possibilidade de transformação desse triste cenário está no estranhamento e na desnaturalização das verdades que nos constituem. “Fazer explodir a verdade, ao tomá-la como uma prática de transformação da vida, da nossa vida e das outras vidas, é fazer da experiência de si uma obra de arte” (Nardi e Silva, 2014, pp. 103-104).

Nesse contexto de possibilidades de transformação, destaco aqui um importante avanço obtido recentemente. No decorrer dessa pesquisa, foi citada a Classificação Internacional de Doenças (CID 10), na qual classifica a transexualidade e a travestilidade como transtornos mentais. Entretanto, no dia 18 de junho de 2018, a

Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou¹³ uma nova edição da CID (edição 11), na qual as identidades trans deixam de ser consideradas como transtornos mentais e passam a ser classificadas como incongruência de gênero relacionada à saúde sexual. Um dos motivos alegados para manter a transgeneridade na CID é a necessidade do diagnóstico para a possibilidade de acesso aos serviços de saúde e aos tratamentos oferecidos. O documento tem previsão de entrar em vigor em janeiro de 2022.

Por fim, ressalta-se a importância e a necessidade de dar voz às pessoas trans, pois ninguém melhor do que elas para falar sobre suas próprias vivências, desafios, dores e necessidades. Todavia, deve-se considerar que a luta contra a transfobia não deve se restringir às pessoas travestis e transexuais. Nesse sentido, pessoas cisgêneros, como eu, ainda que não sejam protagonistas desse movimento, podem contribuir com a luta. Enquanto psicólogos/as, mais do que podemos. Devemos. Não só pela ética profissional, como também pela autodeterminação e pelo reconhecimento das identidades de gênero, pelos direitos humanos, pelo direito à vida, pelo direito à não violência, pelo direito de ser.

¹³ Reportagem disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2018/06/19/oms-deixa-de-classificar-transsexualidade-como-doenca-mental/>

Referências

- American Psychiatric Association. (2014). *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed Editora.
- ANTRA, Associação Nacional de travestis e transexuais. *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017* (2018). ANTRA: Brasil.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bento, B. (2008). *O que é transexualidade*. Brasília: Brasiliense.
- Bento, B., & Pelúcio, L. (2012). Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos feministas*, 569-581.
- Bento, B. (2017). *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA.
- Bruner, J. (1997). *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Butler, J. (2015). *Problemas de Gênero. Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: civilização brasileira.
- Carvalho, M. (2014). O “armário trans”: entre regimes de visibilidade e lutas por reconhecimento. Em: Coelho, M. T. A. D. e Sampaio, L. L. P. (Org.) *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*. (pp. 241–254), Salvador: EDUFBA.
- Cassal, L. C. B., Garcia, A. M. & Bicalho, P. P. G. (2011). Homofobia e sexualidade: o medo como estratégia de biopoder. *Psicologia UNESP*, 10(2), 57-64.
- Chauí, M. (2017). *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Coelho, M. T. A. D. e Sampaio, L. L. P. S. (2014). As transexualidades na atualidade: aspectos conceituais e contexto. Em: Coelho, M. T. A. D. e Sampaio, L. L. P. (Org.) *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*. (pp. 14 – 24), Salvador: EDUFBA.

Conselho Federal de Psicologia (2014). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*.

Brasília: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (2018). *Resolução nº 1 de 29 de janeiro de 2018*.

Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>

Costa, J. F. (1984). *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.

Duque, T. (2013). *Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por*. (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, SP.

Ferrazza, D. A. (2016). Psicologia e políticas públicas: desafios para superação de práticas normativas. *Revista Polis e Psique*, 6(3), 36-58.

Foucault, M. (2008). *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal.

Franco, N. & Cicillini, G. A. (2015). Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. *Estudos Feministas*, 23(2), 352.

Gatti, B. A. (2005). *Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Brasília, DF: Liber Livro.

Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. Em M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (pp.64-89). Petrópolis – RJ: Vozes.

Gomes, R. (2004). A análise de dados em pesquisa qualitativa. Em: Mynaio, M. C. de. S. (Org.), *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. (pp. 767-79). Petrópolis: Vozes.

Gonçalves, M. D. G. M. (2010). *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.

- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, 26(1), 61-73.
- Jesus, J. G. (2010). *O protesto na festa: política e carnavalização nas paradas do orgulho LGBT* (Tese de doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil
- Jesus, J. G. (2012a). *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Goiânia: Ser-Tão/UFG.
- Jesus, J. G. (2012b). Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In *Anais do VI Congresso Internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH*. Brasília: ABEH. Salvador: UFBA (pp. 1-15).
- Jesus, J. G. & Galinkin, A. L. (2015). Gênero e Psicologia Social no Brasil: entre silêncio e diálogo. *Barbarói*, (43), 90.
- Junqueira, R. D. (2009). Homofobia nas Escolas: um problema de todos. Em: Junqueira, R. D. (Org.) *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. (pp. 235-264). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Junqueira, R. D. (2010). Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. *Espaço do Currículo*, 2(2), 208-230.
- Karnal, L. (2017). *Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia*. Rio de Janeiro: Leya.
- Louro, G. L. (1999). Pedagogias da sexualidade. Em G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em Psicologia*, 9(1), 63-75.

- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-155). Porto Alegre: Mediação.
- Minayo, M. C. de S. (2015). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. Em Minayo, M. C. de S. (Org.), *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. (pp. 9-30). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Muszkat, S. (2006). *Violência e masculinidade: uma contribuição psicanalítica aos estudos das relações de gênero*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Nardi, H. C. & Silva, R. N. da (2014). Ética e subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos. Em: Guareschi, N. M. de F. & Huning, S. M. (Org.), *Foucault e a Psicologia*. (pp. 93-106). Rio Grande do Sul: ediPUCRS.
- Nasio, J. D. (1999). *O prazer de ler Freud*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Organização Mundial da Saúde. (1994). *CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*. Versão 1.6c. Edusp.
- Peres, W. (2004). Violência, Exclusão e Sofrimento Psíquico. Em: Rios, L. F., Almeida, V. de, Parker, R., Pimenta, C. P., & Terto Júnior, V. (org.). *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*. Rio de Janeiro: ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS.
- Peres, W. (2009). Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. Em: Junqueira, R. D. (Org.) *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. (pp. 235-264). Brasília:

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.

- Rosato, C. M. (2011). Psicologia e Direitos Humanos: cursos e percursos comuns. *Psicologia Revista. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. ISSN 1413-4063, 20(1), 9-27.*
- Santos, A. (2014). Transexualidade e travestilidade: conjunções e disjunções. Em: Coelho, M. T. A. D. e Sampaio, L. L. P. (Org.) *Transexualidades: um olhar multidisciplinar.* (p. 79 – 100), Salvador: EDUFBA.
- Segato, R. L. (2006). Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. *Mana, 12 (1), p. 207-236.*
- Souza, E. R. D. (2005). Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva, 10, 59-70.*
- Rey, F. G. (2002). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios.* São Paulo: Thomson.
- Sawaia, B. (2014). Identidade – uma ideologia separatista?. Em B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 55-67). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Tiburi, M. (2017). *Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro.* Rio de Janeiro: Record.
- Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida.* Tradução de Ana Cecília de Sousa Bastos. Porto Alegre: Artmed.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. Em T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Petrópolis: Vozes.

Anexos

Anexo A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para as pessoas trans

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Corpos (in)desejáveis: o fenômeno da transfobia a partir da perspectiva de pessoas trans e psicólogos/as

Instituição das pesquisadoras: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Pesquisadora assistente: Jordana Viana Carvalho Fonseca

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

O objetivo desse estudo é compreender os mecanismos sociais e psicológicos que sustentam a transfobia.

Você está sendo convidado a participar pelo fato de corresponder ao perfil delimitado para essa pesquisa: pessoas trans e psicólogos/as que realizam ou já realizaram trabalhos com pessoas pertencentes ao grupo “trans”.

Procedimentos do estudo

Sua participação consiste participar de uma sessão de grupo focal de discussão sobre o tema focalizado na pesquisa.

Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

A discussão do grupo será gravada em áudio, com o consentimento do/a participante, para facilitar o posterior trabalho de análise.

A pesquisa será realizada na Reppublica Anticafe, localizada na 708/709 norte, próximo ao UniCEUB, em uma sala de reunião previamente reservada.

Riscos e benefícios

Este estudo possui baixos riscos, que são inerentes ao procedimento de grupo focal.

Medidas preventivas, durante os grupos focais, serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo, como, por exemplo, o esclarecimento de que não existem respostas certas ou erradas e que toda contribuição é válida.

Sua participação poderá ajudar na construção de uma compreensão mais aprofundada sobre o tema em questão.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar. Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando, para isso, entrar em contato com uma das pesquisadoras responsáveis.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.

O material com as suas informações (gravação em áudio das discussões realizadas no grupo focal) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora assistente, Jordana Viana Carvalho Fonseca, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e será destruído após a pesquisa.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora assistente, e a outra será fornecida ao/a senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de ____.

Participante

Pesquisadora Responsável: Ana Flávia do Amaral Madureira
 Celular: (61) 99658-7755 – E-mail: madureira.ana.flavia@gmail.com

Pesquisadora Assistente: Jordana Viana Carvalho Fonseca
 Celular: (61) 98158-8587 – E-mail: jo_vcf@hotmail.com

<p>Endereço dos (as) responsável(eis) pela pesquisa: Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB Endereço: SEPN 707/907, Campus do UniCEUB Bairro: Asa Norte Cidade: Brasília – DF CEP: 70790-075 Telefones p/contato: (61) 3966-1200</p>
--

Anexo B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o/as psicólogo/as

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Corpos (in)desejáveis: o fenômeno da transfobia a partir da perspectiva de pessoas trans e psicólogos/as

Instituição das pesquisadoras: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Pesquisadora assistente: Jordana Viana Carvalho Fonseca

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

O objetivo desse estudo é compreender os mecanismos sociais e psicológicos que sustentam a transfobia.

Você está sendo convidado a participar pelo fato de corresponder ao perfil delimitado para essa pesquisa: pessoas trans e psicólogos/as que realizam ou já realizaram trabalhos com pessoas pertencentes ao grupo “trans”.

Procedimentos do estudo

Sua participação consiste participar de uma sessão de grupo focal de discussão sobre o tema focalizado na pesquisa.

Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

A discussão do grupo será gravada em áudio, com o consentimento do/a participante, para facilitar o posterior trabalho de análise.

A pesquisa será realizada em uma sala de estudos da Biblioteca Reitor João Herculino do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, previamente reservada.

Riscos e benefícios

Este estudo possui baixos riscos, que são inerentes ao procedimento de grupo focal.

Medidas preventivas, durante os grupos focais, serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo, como, por exemplo, o esclarecimento de que não existem respostas certas ou erradas e que toda contribuição é válida.

Sua participação poderá ajudar na construção de uma compreensão mais aprofundada sobre o tema em questão.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar. Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando, para isso, entrar em contato com uma das pesquisadoras responsáveis.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.

O material com as suas informações (gravação em áudio das discussões realizadas no grupo focal) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora assistente, Jordana Viana Carvalho Fonseca, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e será destruído após a pesquisa.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora assistente, e a outra será fornecida ao/a senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de _____.

Participante

Pesquisadora Responsável: Ana Flávia do Amaral Madureira
Celular: (61) 99658-7755 – E-mail: madureira.ana.flavia@gmail.com

Pesquisadora Assistente: Jordana Viana Carvalho Fonseca
Celular: (61) 98158-8587 – E-mail: jo_vcf@hotmail.com

<p>Endereço dos (as) responsável(eis) pela pesquisa: Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB Endereço: SEPN 707/907, Campus do UniCEUB Bairro: Asa Norte Cidade: Brasília – DF CEP: 70790-075 Telefones p/contato: (61) 3966-1200</p>
--

Anexo C

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Corpos (in)desejáveis: o fenômeno da transfobia a partir da perspectiva de pessoas trans e psicólogos/as

Pesquisador: Ana Flávia do Amaral Madureira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 84739318.7.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.583.783

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender os mecanismos sociais e psicológicos que sustentam a transfobia. Desse modo, apresenta como problema de pesquisa as razões que explicam o fato do Brasil ser o país que mais mata pessoas trans no mundo e, ao mesmo tempo, é o que mais consome pornografia com este conteúdo. Em termos metodológicos, será utilizada uma metodologia de investigação qualitativa mediante a realização de dois grupos focais: um grupo que terá como participantes cinco pessoas que se identificam como transexuais e/ou travestis; e outro grupo que contará com a participação de cinco psicólogos que realizam ou já realizaram trabalhos com pessoas trans. Todos os participantes serão pessoas maiores de idade e serão recrutados via rede social.

Objetivo da Pesquisa:

A presente pesquisa objetiva compreender os mecanismos sociais e psicológicos que sustentam a transfobia.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com o pesquisador, os riscos apresentados pela pesquisa são mínimos, pois são apenas os riscos inerentes ao procedimento de realização dos grupos focais. O pesquisador enuncia que medidas preventivas durante as sessões serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo, como, por exemplo, o esclarecimento de que os participantes deverão contribuir com

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

Continuação do Parecer: 2.583.783

suas opiniões pessoais, sem julgamentos, visto que não existem respostas certas ou erradas. Mesmo assim, caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento aos participantes, os mesmos não precisarão realizá-lo e poderão desistir da participação a qualquer momento.

Com efeito, trata-se de uma pesquisa com risco mínimo na medida em que implica tão somente a realização de grupo focal com participantes que, conforme os dados do protocolo, não apresentam uma condição específica de vulnerabilidade. Sendo assim, a pesquisa não acarreta para o participante risco maior que os encontráveis na prática dos atos ordinários da vida cotidiana.

No que toca aos benefícios, o pesquisador assevera que, ao participar da pesquisa em questão, os participantes irão contribuir para a construção de conhecimentos científicos a respeito de uma questão social pouco investigada e de extrema relevância, tanto em termos sociais, como em termos acadêmicos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa proposta apresenta relevância social e acadêmica.

A pesquisa apresenta cronograma e orçamentos adequados do ponto de vista ético.

Quanto ao procedimento a ser adotado envolve a realização de grupos focais com cinco pessoas que se identificam como transexuais e/ou travestis, e outro com participantes psicólogos que já tenham desenvolvido algum trabalho vinculado a pessoas trans. Como instrumentos, serão utilizados um vídeo, editado pela pesquisadora a partir de vídeos disponíveis no YouTube, para estimular o debate entre os participantes, além de um diário de campo para auxiliar na análise das informações construídas na pesquisa de campo.

O currículo do pesquisador responsável está em consonância com a pesquisa a ser executada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A Folha de Rosto encontra-se devidamente preenchida e subscrita.

A pesquisa será realizada em uma sala de estudos da Biblioteca Reitor João Herculino do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, previamente reservada.

O Registro de Consentimento Livre e Esclarecido apresenta linguagem adequada, bem como seu conteúdo contém todos os elementos exigidos.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 2.583.783

Recomendações:

Recomenda-se que o pesquisador observe o disposto no art. 28 da Resolução nº 510/16, quando à sua responsabilidade, que é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco;

II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;

III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento;

IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;

e

V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção.

Observação: Ao final da pesquisa enviar Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação de evento. O modelo do relatório encontra-se disponível na página do UniCEUB.

http://www.uniceub.br/instituicao/pesquisa/ins030_pesquisacomitebio.aspx, em Relatório de Finalização e Acompanhamento de Pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa se encontra apta a ser iniciada.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 2.572.594/18, tendo sido homologado na 4ª Reunião Ordinária do CEP-UniCEUB do ano, em 23 de março de 2018.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1088575.pdf	08/03/2018 12:33:31		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE.pdf	08/03/2018 12:31:57	JORDANA VIANA CARVALHO	Aceito

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 2.583.783

Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	08/03/2018 12:31:57	FONSECA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodeMonografia_JordanaVianaCarvalhoFonseca.pdf	08/03/2018 12:31:41	JORDANA VIANA CARVALHO FONSECA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto_JordanaViana.pdf	08/03/2018 12:31:29	JORDANA VIANA CARVALHO FONSECA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 05 de Abril de 2018

Assinado por:

**Marília de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador)**

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

Anexo D

Roteiro do Grupo Focal

A discussão teve início a partir da apresentação de um vídeo, com duração de 16 minutos e 48 segundos, editado a partir de vídeos retirados do youtube acerca do tema em foco. Foram selecionadas entrevistas e documentários com pessoas travestis e transexuais a respeito de diversas vivências e violências sofridas, seja na família, na escola, no mercado de trabalho, na rua, além de estatísticas sobre a expectativa de pessoas trans no Brasil, além da vivência na prostituição. Ainda, foi abordado especificamente a questão a respeito do problema de pesquisa.

Seguem abaixo os links dos vídeos que foram utilizados para a edição do vídeo exibido no grupo focal e nas entrevistas individuais.

Documentário “Violência contra Mulheres Trans”

https://www.youtube.com/watch?v=5t67_2bm0gM

Documentário “Elas por Elas”

<https://www.youtube.com/watch?v=478GkiJIRyU>

Documentário “Trans(verso)”

<https://www.youtube.com/watch?v=NabOXgLnvIw>

Entrevista ‘Transfobia’ com a ativista trans Daniela Andrade, no Canal das bee.

https://www.youtube.com/watch?v=rI_gylFhHy4

Homem hétero com tesão na travesti???????, do canal Barraco da Rosa

<https://www.youtube.com/watch?v=OkZIpwjUpss>

Anexo E

Procedimentos adotados nas entrevistas abertas

1º) Exibição do vídeo editado a partir de entrevistas e documentários retirados do youtube com diferentes vivências de pessoas travestis e transexuais.

2º) Realização das questões disparadoras descritas abaixo.

a) O que você achou do vídeo? Teve algo que chamou sua atenção? (Se sim, porque?)

b) Na sua opinião, o que desencadeia a transfobia? O que leva uma pessoa a ser transfóbica a ponto de matar uma pessoa pelo fato dela ser trans?

c) Uma questão abordada no vídeo foi o fato de que somos o país que mais mata pessoas trans no mundo e o país que mais consome pornografia de conteúdo trans.

Porque você acha que existe esse paradoxo?